



VARIG
Brasil

RELATÓRIO ANUAL

2004



ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	22
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA.....	63
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	64



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1) SENHORES ACIONISTAS

A Administração da VARIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Os valores estão expressos em milhares de Reais, exceto se de outra maneira explicitado.

Em termos gerais, 2004 foi um ano de forte expansão da economia mundial, impulsionada, sobretudo, pela manutenção de alto nível de crescimento da economia chinesa e da retomada da expansão da economia norte-americana. Esse cenário internacional foi propulsor de um significativo aumento da demanda por bens de consumo em geral e, conseqüentemente, de seus preços, principalmente os das “*commodities*”. Como resultado e, também, em larga escala em função das incertezas prevaletentes no Oriente Médio, o preço do petróleo nos grandes mercados internacionais apresentou aumento superior a 30% no ano.

Sendo o combustível de aviação elemento importante na formação dos custos da Companhia, o aumento de seu preço penalizou severamente os nossos resultados, como mais detalhadamente explicado neste relatório.

Não obstante esta conjuntura adversa, a Companhia continuou trabalhando enfaticamente em processos visando à redução de custos e aumento da eficiência operacional. Os resultados obtidos, demonstrados nos comentários que seguem, evidenciam uma clara melhoria na eficiência operacional da Companhia.

2) A INDÚSTRIA E OS ASPECTOS DAS CONJUNTURAS ECONÔMICA E POLÍTICA

2.1) A Indústria de Aviação Comercial

A indústria de aviação comercial continua, mundialmente, buscando adequar suas estratégias e operações às novas condições de mercado. Parece-nos uma tendência generalizada na indústria à procura de um incremento gradativo nas taxas de ocupação, por meio da adoção de tarifas reduzidas e conseqüente redução da rentabilidade.

Para tanto, é necessário encontrar possibilidades de racionalização de custos operacionais que possam, no mínimo, contrapor os acréscimos impostos em decorrência da incorporação de novas tecnologias, aumento dos requerimentos sobre segurança de vôos e aperfeiçoamento dos processos comerciais e da estrutura de suporte. Adicione-se a isso, a fantástica evolução na tecnologia de comunicações que permitiu às empresas reduzir, de forma importante, a necessidade de viagens de seus executivos.

No Brasil, as empresas de transporte aéreo, ainda têm que suportar uma carga tributária elevadíssima e uma taxa de juros extremamente alta o que reduz, fortemente, as condições para competir com as empresas internacionais.

Por fim, a inexistência de um marco regulador, claro e atualizado, não colabora para o efetivo desenvolvimento da indústria.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2.2) Conjuntura Econômica

A política econômica do governo brasileiro, fundamentada principalmente na manutenção de câmbio flutuante, determinação de metas de inflação e de superávits primários para o setor público alcançou, em 2004, resultados positivos. A taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, após ter atingido um pico de aproximadamente 8% ao ano no quarto trimestre de 2003, recuou para níveis mais realistas, para encerrar o ano em 5.2%. Este cenário de crescimento teve uma boa influência dos resultados das exportações brasileiras, que chegaram a representar cerca de 70% do crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2004. Esta relevância reduziu-se drasticamente ao longo do ano graças ao incremento da demanda doméstica, propiciado pela expansão do crédito que permitiu aumento importante no consumo, principalmente de bens duráveis e pela sensível recuperação do mercado de trabalho e conseqüente aumento, consistente ainda que pequeno, da renda real.

Destaque-se, também, a impressionante melhoria nos tradicionais indicadores da solvência externa do país e a redução da dívida externa do setor privado, esta recuando de cerca de US\$144 bilhões no final de 1999 para perto de R\$108 bilhões em meados de 2004.

Entretanto, esses resultados não foram conquistados sem os efeitos colaterais causados, principalmente, pela política monetária adotada pelo Banco Central para o controle da inflação e pela pesada carga tributária imposta pelo governo para arrecadar o suficiente para equilibrar as contas públicas.

Externamente, fatores como a instabilidade nos preços internacionais do petróleo, a significativa depreciação do dólar norte-americano em relação a outras moedas (principalmente o Euro), os aumentos na taxa básica de juros introduzidos pelo Federal Reserve Bank – FED com o conseqüente temor de uma fuga de investimentos de risco de países emergentes para títulos da dívida pública dos Estados Unidos e a expectativa quanto ao sucesso de um “soft landing” no crescimento da economia chinesa predominaram nas pautas de discussão dos analistas econômicos.

2.3) Conjuntura Política

Apesar de percalços na tramitação de alguns de seus projetos no Congresso e da quase paralisação das atividades legislativas causada pelo processo eleitoral, o governo conseguiu algumas realizações importantes em 2004, entre as quais incluem-se: a reforma do judiciário, a definição da estrutura legal para o programa de Parcerias Público Privadas e a tão esperada Lei de Recuperação de Empresas, esta mais conhecida como Nova Lei de Falências.

3) PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

O mercado doméstico das empresas aéreas de transporte regular é altamente concentrado, sendo que somente as quatro maiores transportadoras detêm uma participação de aproximadamente 97% do mercado, segundo relatório emitido pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, com data base em 31 de dezembro de 2004. A participação da VARIG, em conjunto com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste, foi de aproximadamente 31%.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Contrato de Associação firmado em 17 de setembro de 2003 entre a FRB-Par Investimentos S. A., controladora da VARIG, Varig Participação em Transportes Aéreos S. A. (VPTA), controladora da Rio Sul Linhas Aéreas S. A. e Nordeste Linhas Aéreas S. A., Varig Participação em Serviços Complementares S. A. (VPSC) e TAM S. A., controladora da TAM Linhas Aéreas S. A. (TLA) foi rescindido de forma automática e definitiva em 23 de fevereiro de 2005, em virtude do não atendimento de certas condições contratualmente requeridas. Conseqüentemente, o Acordo de Preservação de Rentabilidade firmado entre a VARIG e a TLA, que prevê o compartilhamento de vôos entre as duas empresas será cancelado a partir de 15 de maio de 2005.

Com relação ao mercado internacional, operado por empresas aéreas brasileiras, a VARIG obteve, ainda segundo informações divulgadas pelo DAC, uma participação de pouco mais de 85% do mercado. Esta liderança incontestante deve-se, sobretudo, ao reconhecimento da qualidade dos serviços prestados e à inigualável infra-estrutura estabelecida para operar vôos internacionais. Cumpre salientar que a VARIG é a única empresa da América do Sul membro de uma aliança global – a Star Alliance – a qual é composta por 16 empresas que, em conjunto, operam em 139 países facilitando, sobremaneira, a conectividade de vôos.

A VARIG encerrou o exercício de 2004 com os melhores índices de pontualidade e de regularidade dentre as empresas brasileiras conforme informações divulgadas pelo DAC.

4) DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Um sumário do desempenho econômico-financeiro da VARIG (controladora), VARIG e suas controladas VARIG Log, VEM e PLUNA (consolidado) e VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste (combinado) segue:

		VARIG CONSOLIDADO (inclui VARIG LOG, VEM e PLUNA)		VARIG CONTROLADORA		VARIG, RIO SUL e NORDESTE - COMBINADO	
		2004	2003	2004	2003	2004	2003
Receita líquida - Operações de vôo	4.1	8.247.700	7.465.722	7.053.586	6.353.750	7.236.059	6.701.157
Outras receitas líquidas		610.676	483.680	423.097	228.684	423.097	228.684
Receita líquida		8.858.376	7.949.402	7.476.683	6.582.434	7.659.156	6.929.841
Custo dos serviços prestados -Operações de vôo	4.2	(5.935.351)	(5.106.235)	(5.183.390)	(4.428.315)	(5.368.544)	(4.798.640)
Outros custos operacionais		(256.366)	(386.895)	(180.544)	(200.259)	(179.172)	(200.259)
Despesas comerciais		(1.831.133)	(1.748.432)	(1.349.052)	(1.329.986)	(1.380.629)	(1.421.758)
Despesas administrativas		(248.471)	(216.073)	(180.964)	(144.863)	(191.172)	(161.857)
Resultado de acordos operacionais	4.3	(129.378)	(156.168)	(129.378)	(156.168)	-	-
Resultado da atividade - EBIT	4.4	457.677	335.599	453.355	322.843	539.639	347.327
Participação frente a receita líquida		5,2%	4,2%	6,1%	4,9%	7,0%	5,0%
Despesas financeiras líquidas	4.5	(569.654)	(151.745)	(547.875)	(124.965)		
Resultado de participações	8	-	-	(38.244)	(22.060)		
Outros		24.810	(2.020.704)	45.597	(2.012.668)		
Resultado líquido		(87.167)	(1.836.850)	(87.167)	(1.836.850)		

4.1) Receita Líquida – Operações de Vôo

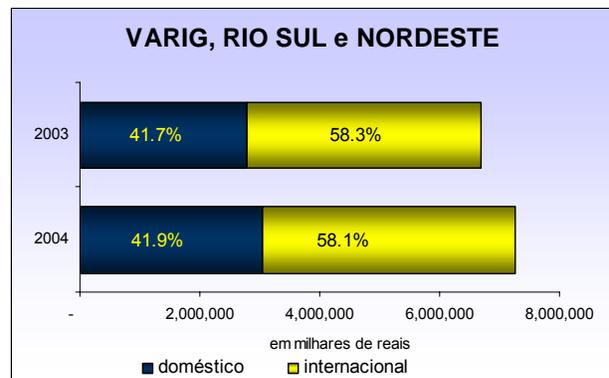
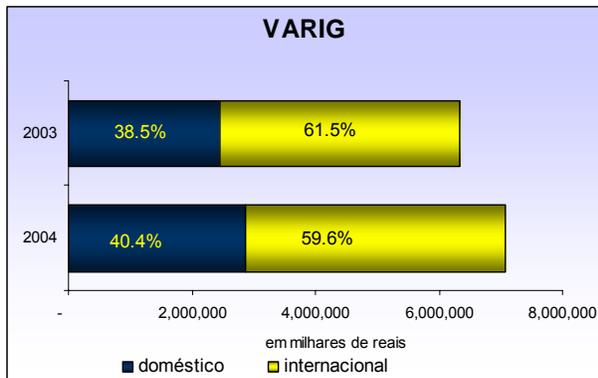
O crescimento das receitas líquidas das operações de vôo da VARIG (controladora), de 11%, está superior ao crescimento médio para todas as empresas aéreas filiadas a International Air Transport Association – IATA, estimado pela Air Transport World em 9,7% (Fonte: ATW, edição de janeiro de 2005). Importante notar que a receita oriunda de vôos internacionais, que representa aproximadamente 60% da receita total da VARIG, apresentou um crescimento de apenas 8%, pois foi negativamente afetada pela depreciação do dólar norte-americano frente ao Real. Esse fator negativo foi parcialmente compensado pelo importante aumento no número de passageiros transportados e pela taxa de ocupação/aproveitamento alcançada para este segmento (76%). A receita resultante do setor doméstico cresceu aproximadamente 17%, resultado advindo das medidas tomadas em exercícios anteriores e referentes à racionalização da malha de linhas domésticas, adequação da frota de aeronaves e atendimento bem dimensionado à demanda atual.

Destaque-se, ainda, que no decorrer do exercício a Companhia aumentou a utilização diária média de suas aeronaves para acima de 13 horas, ação que contribuiu para o incremento de sua produtividade.

Em um ambiente de alta competitividade, a rentabilidade obtida pela VARIG em 2004, medida pela divisão do total da receita líquida de vôo pela quantidade de assentos/quilômetros oferecidos (RASK), no valor de R\$0,182 está em linha com a média apresentada pela indústria brasileira de R\$0,201 (Fonte: DAC – data base em 30 de setembro de 2004).

A receita líquida de vôo combinada (VARIG, Rio Sul e Nordeste) apresentou um crescimento de 8% em relação ao exercício anterior, fato esse decorrente, substancialmente, da concentração das operações em destinos mais rentáveis.

As receitas líquidas de vôo, para os mercados internacional e doméstico, apresentaram a seguinte evolução:



4.2) Custos dos Serviços Prestados – Operações de Vôo

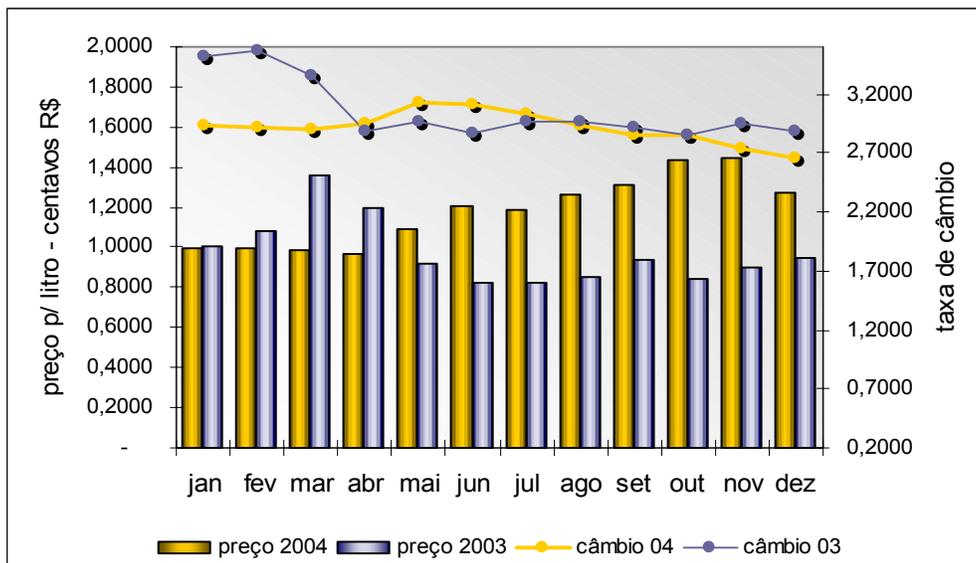
Os custos dos serviços prestados apresentaram um importante incremento em relação ao ano anterior (aproximadamente 17% na VARIG e 12% no combinado). Essa variação está principalmente fundamentada na evolução do preço do combustível de aviação e no aumento do volume das operações. A deficiência de capital circulante líquido, consistentemente experimentada pela Companhia nos últimos exercícios, impede a tomada de medidas para a proteção contra perdas decorrentes de oscilação de preços (“hedge”).

O quadro a seguir demonstra os acréscimos nas despesas com combustível e variação no consumo.

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	var. %	2004	2003	var. %
Despesas c/ combustível (R\$ mil)	1.883.428	1.455.874	29,4	1.927.317	1.553.088	24,1
Combustível x custo de vôo	36,3%	32,9%	3,4p.p.	35,9%	32,4%	3,5p.p.
Consumo em litros (mil)	1.594.796	1.507.260	5,8	1.628.160	1.585.337	2,7
Custo por litro (centavos R\$)	118,1	96,6	22,3	118,4	98,0	20,8

Com base em dados referentes ao volume das operações e ao preço mensal dos combustíveis, estimamos que no exercício de 2004, o aumento de custos decorrente simplesmente da elevação dos preços foi de R\$306 milhões na VARIG.

O comportamento do preço do combustível e da taxa de câmbio para os exercícios de 2003 e 2004 foi como segue:



As despesas com arrendamento de aeronaves mantiveram-se nos mesmos níveis na VARIG (R\$677 milhões em 2003 e R\$679 milhões em 2004) e apresentaram uma redução de cerca de 6% no combinado (R\$757 milhões em 2003 e R\$715 milhões em 2004), apesar de uma adição líquida de 6 aeronaves à frota combinada total (incli



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

aeronaves não operacionais). Esse resultado foi possível graças a renegociações de contratos de arrendamento e à depreciação da moeda norte-americana.

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2004, a Varig apresentou um CASK – resultado da divisão do total dos custos e despesas operacionais pelo número de assentos/quilômetros disponíveis – de R\$0,173, valor inferior à média apresentada pela indústria brasileira de R\$0,197. (Fonte DAC – data base em 30 de setembro de 2004)

4.3) Resultado de acordos operacionais

Esta rubrica representa a transferência de resultados da VARIG para suas empresas relacionadas em função da consolidação da frota de aeronaves e integração da malha, sendo que os seus efeitos são totalmente eliminados nos resultados combinados.

4.4) Resultado da atividade

Os resultados da atividade alcançados, nos valores de R\$457.677 no consolidado, R\$453.355 na controladora e R\$539.639 no combinado, demonstram uma expressiva melhoria, representando 5,2%, 6,1% e 7,0%, respectivamente da receita líquida de 2004. Esta importante conquista deve ser creditada aos esforços da Administração e de todos os funcionários da Companhia que sempre compreenderam a gravidade da situação da indústria e, imbuídos do mais alto profissionalismo e dedicação, souberam enfrentar as dificuldades apresentadas com determinação e energia.

É importante frisar que, excluindo-se os efeitos exógenos correspondentes à elevação dos preços dos combustíveis, o resultado da atividade da VARIG para 2004 representaria aproximadamente 11% da receita líquida, um avanço muito relevante no caminho da recuperação da rentabilidade.

4.5) Despesas financeiras líquidas

O alto nível de endividamento atingido pela Companhia, principalmente no que concerne ao refinanciamento de tributos e contribuições, e a precária posição de capital circulante resultaram, em 2004, em despesas financeiras de R\$547.875 na controladora, valor que representa cerca de 7% de suas receitas líquidas. Desnecessário enfatizar que essa pesadíssima carga aos resultados anula os resultados positivos alcançados nas operações e torna virtualmente inviável o retorno a resultados líquidos positivos.

4.6) Operações das Controladas

Segue em adição aos comentários referentes aos resultados obtidos nas operações de vôo, anteriormente apresentados, um sumário sobre as operações das controladas:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4.6.1) VARIG LOGÍSTICA S.A

A VARIG Log dedica-se à comercialização da capacidade de transporte dos compartimentos de carga das aeronaves de passageiros operadas por sua controladora VARIG e pelas empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste, além de operar aeronaves puramente cargueiras. A empresa opera tanto no mercado doméstico quanto no internacional.

O mercado de carga aérea, em franca expansão no Brasil graças, entre outros fatores, à extraordinária expansão do intercâmbio comercial internacional está, consistentemente, aumentando suas demandas específicas que, apenas como exemplo, variam desde o manuseio de produtos perecíveis, cuidados especiais com transporte de obras de arte e manejo no transporte de animais vivos. Contando com 1.365 colaboradores em 31 de dezembro de 2004, dos quais 130 lotados no exterior e operando sempre na busca da excelência na prestação de seus serviços a VARIG Log encontra-se perfeitamente qualificada para suprir as necessidades do mercado em que atua.

No Brasil, a VARIG Log atende aproximadamente 4.500 municípios, com uma rede de 259 franquias em 31 de dezembro de 2004 (138 em 2003).

Dados divulgados pela INFRAERO indicam que 132 empresas de carga aérea transportaram importações para o Brasil em 2004. As dez maiores transportadoras do ano foram responsáveis por 69% do volume total sendo que somente a VARIG Log teve uma participação de 21.38% do mercado, muito à frente da segunda maior. No que se refere às exportações, os dados disponíveis indicam que 61 empresas atuaram no mercado, sendo que a participação de 30.8% obtida pela VARIG Log a coloca em uma liderança ainda mais acentuada.

A receita líquida de R\$1.409 milhões, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, representa um acréscimo de 12,3% sobre o exercício anterior. Aproximadamente 74% da receita é originada das operações internacionais. O prejuízo líquido do exercício, no montante de R\$17.160, resulta quase que totalmente de perdas decorrentes de aplicações financeiras em entidade que entrou em processo de liquidação.

4.6.2) VARIG ENGENHARIA E MANUTENCAO (VEM)

A VEM atua na área de engenharia e manutenção aeronáutica, abrangendo as áreas comercial, militar e corporativa da aviação. Seus serviços incluem manutenção de linha, revisão geral de aeronaves, motores e componentes e grandes modificações de aeronaves. A Companhia está devidamente homologada no Brasil e no exterior e possui clientes estabelecidos em várias regiões do mundo.

Contando com 4.709 colaboradores a VEM conta com três grandes centros de operação no Brasil, localizados em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2004 foi concluída com sucesso a implantação do SAP/Sigma 3, que está operando com adequada estabilidade. Importante, também, foram a aquisição e a instalação da plataforma computadorizada de testes e manutenção de componentes - ATEC 6000 no centro de operação de Porto Alegre.

Em relação às atividades da VEM, destaca-se que o seu Centro de Conversão de Aeronaves entrou em operação e concluiu, em 15 de março de 2005, a primeira conversão para cargueiro de um avião Boeing 767. Também, foram



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

assinados os primeiros contratos para manutenção de jatos executivos, a qual será efetuada no Centro de Manutenção de Aeronaves Corporativo implantado no aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

A receita e o prejuízo líquidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 montaram a R\$399.771 e R\$12.100, respectivamente. Aproximadamente 22% do faturamento é oriundo de serviços a empresas não relacionadas.

5) DESEMPENHO OPERACIONAL

Os principais indicadores de desempenho operacional do segmento de transporte aéreo (passageiros e carga) da VARIG e sua controlada VARIGLOG e da VARIG, VARIGLOG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste, para os exercícios de 2004 e 2003 estão demonstrados a seguir.

	VARIG e VARIG Log			VARIG, VARIG Log, RIO SUL e NORDESTE		
	2004	2003	Var. %	2004	2003	Var. %
Horas Voadas	302.343	290.923	3,9	318.425	326.180	-2,4
INTERNACIONAL	154.039	144.261	6,8	154.039	144.261	6,8
DOMÉSTICO	148.304	146.662	1,1	164.386	181.919	-9,6
Km Voados (000)	220.759	213.333	3,5	230.200	234.458	-1,8
INTERNACIONAL	122.735	115.455	6,3	122.735	115.455	6,3
DOMÉSTICO	98.024	97.878	0,1	107.465	119.003	-9,7
Passageiros Transportados	12.500.363	11.044.036	13,2	13.044.160	12.315.584	5,9
INTERNACIONAL	4.081.549	3.697.823	10,4	4.081.549	3.697.823	10,4
DOMÉSTICO	8.418.814	7.346.213	14,6	8.962.611	8.617.761	4,0
Ass x Km Oferecidos (000)	38.780.626	37.203.283	4,2	39.338.286	38.747.854	1,5
INTERNACIONAL	25.922.936	25.133.659	3,1	25.922.936	25.133.659	3,1
DOMÉSTICO	12.857.690	12.069.624	6,5	13.415.350	13.614.195	-1,5
Pax x Km Transportados (000)	28.248.600	26.546.357	6,4	28.592.315	27.423.888	4,3
INTERNACIONAL	19.766.328	18.960.829	4,2	19.766.328	18.960.829	4,2
DOMÉSTICO	8.482.272	7.585.528	11,8	8.825.987	8.463.059	4,3
Aproveitamento (%) Pax x Km	73%	71%	2p.p.	73%	71%	2p.p.
INTERNACIONAL	76%	75%	1p.p.	76%	75%	1p.p.
DOMÉSTICO	66%	63%	3p.p.	66%	62%	4p.p.
Ton x Km de Carga + MP (000)	1.316.667	1.131.069	16,4	1.317.744	1.134.547	16,1
INTERNACIONAL	1.085.157	937.238	15,8	1.085.157	937.238	15,8
DOMÉSTICO	231.510	193.831	19,4	232.587	197.309	17,9

6) FROTA DE AERONAVES

A frota integrada de aeronaves das empresas que compõem o grupo VARIG em 31 de dezembro de 2004 era composta como segue:

Modelo de aeronaves	2004	2003
<u>Aeronaves operacionais</u>		
ERJ 145	-	10
B - 737/300	31	30
B - 737/400	4	-
B - 737/500	13	13
B - 737/700	2	3
B - 737/800	2	2
B - 757-200	4	-
B - 767/300	7	8
B - 777/200	6	2
MD - 11	15	13
B - 727/100 (Cargo)	2	2
B - 727/200 (Cargo)	4	4
DC - 10/30 (Cargo)	3	3
TOTAL	93	90
PASSAGEIROS	84	81
CARGUEIROS	9	9

7) Programa de Milhagens - SMILES

Em 2004 o Smiles passou por um extenso processo de revitalização objetivando enfatizar, ainda mais, suas vantagens em relação às opções oferecidas pela concorrência. O processo requereu investimentos relevantes, principalmente em quatro frentes: relacionamento com clientes, parcerias, novas tecnologias e comunicação.

Assim o Smiles, maior Programa de Milhagem na América Latina encerrou o exercício de 2004 atingindo a marca de 5,1 milhões de participantes, praticamente repetindo o crescimento apresentado no exercício anterior de aproximadamente 9%. Em 31 de dezembro de 2004 o programa contava com a participação de 99 parceiros estratégicos representados por, entre outros, hotéis, restaurantes, cartões de crédito e locadoras de veículos.

A VARIG, como membro da Star Alliance, que mantém a maior e mais completa rede de serviços aéreos do mundo, oferece aos participantes do programa Smiles a inigualável opção de direcionar os créditos auferidos e utilizar os correspondentes benefícios em qualquer uma das 16 empresas de aviação comercial que fazem parte da rede.

Desde a data de sua implantação, em 1994, até o encerramento do exercício de 2004, o programa Smiles distribuiu, como prêmio, aproximadamente 3,3 milhões de passagens aos seus participantes. Somente no exercício de 2004 foram distribuídas 662.782 passagens. Esses números, *per se*, evidenciam a excelência do programa e o alto nível de adesão por ele alcançado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As receitas obtidas com o programa Smiles, através das parcerias estabelecidas alcançaram a expressivos R\$233 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, um acréscimo de 18% sobre o montante correspondente ao exercício anterior.

8) ENDIVIDAMENTO

A evolução do endividamento da VARIG no exercício de 2004 pode ser sumariada como segue:

Descrição	Valores em milhões de Reais				Saldo em 31/12/04
	Saldo em 31/12/03	Juros e Atualização Monetária	Adições do Exercício	Pagamentos	
Arrendamento mercantil a pagar	255	177	679	(792)	319
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.522	167	75	(693)	2.071
Financiamento de Obrigações Fiscais	3.165	285	95	(252)	3.293
TOTAL	5.942	629	849	(1.737)	5.683

Como se depreende da análise do quadro acima e do fluxo de caixa gerado pela Companhia, o estoque da dívida da VARIG continua acima de sua capacidade de pagamento. Adicionalmente, a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicável para computar juros sobre o financiamento de obrigações fiscais, encerrou o ano em aproximadamente 10%, calculada pela média. Esse valor resulta em uma pesadíssima carga aos resultados da Companhia e, não obstante o sucesso obtido na renegociação de parte importante da dívida com credores privados, dificulta ainda mais a redução do estoque total da mesma.

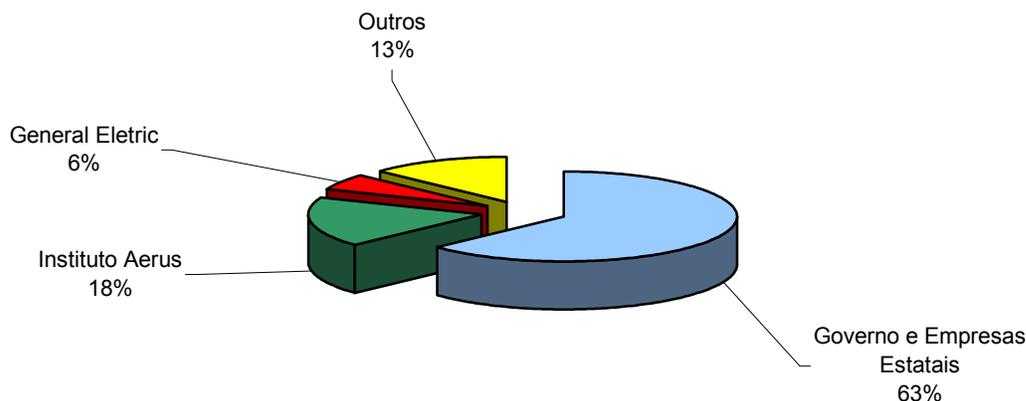
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O perfil dos principais componentes da dívida acima demonstrada apresenta forte concentração em poucos credores e prazos de vencimento pouco alongados, como se pode ver no quadro a seguir:

Valores em milhões de Reais							
Credor	Último vencimento	Saldo em 31/12/04	Cronograma de amortização *				
			2005	2006	2007	2008	2009 em diante
PAES	Jul-2018	3.211	237	237	237	237	2.263
INFRAERO	Mai-2008	177	66	62	38	11	-
PETROBRAS	Mai-2006	45	32	13	-	-	-
Banco do Brasil	Out-2012	158	20	20	20	20	78
General Eletric	Dez-2009	331	83	87	92	38	31
Aerus	Abr-2022	1.043	33	35	37	39	899
Outros credores							
.Arrendamento Mercantil **	diversos	319	215	104	-	-	-
.Outros Empréstimos	diversos	318	120	106	60	22	10
.Impostos Parcelados	diversos	81	2	7	7	6	59
TOTAL		5.683	808	671	491	373	3.340
Distribuição		100%	14%	12%	9%	7%	59%

* Parcelas anuais considerando-se os encargos incorridos até 31 de dezembro de 2004 e o poder aquisitivo do Real naquela data.
** Valores em renegociação o que poderá afetar o cronograma de amortização

Uma visualização gráfica da participação dos principais credores no total da dívida pode ser demonstrada como segue:



Considerando-se a necessidade premente de recapitalização da Companhia para que ela possa passar por um rigoroso processo de reestruturação e, então, operar dentro de patamares adequados de eficiência e lucratividade, a Administração tem concentrado seus esforços em negociações com seus principais credores. Dentro desse contexto, é imperioso frisar-se que o reconhecimento contábil com a imediata compensação monetária dos valores referentes à Ação sobre Defasagem Tarifária (vide nota explicativa 19), correta e justamente atualizada monetariamente, é condição *sine qua non* para que a Companhia continue operando e recupere sua trajetória de sucesso.

9) PASSIVO A DESCOBERTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO)

Conforme descrito na Nota Explicativa 19, a Companhia possui importantes créditos contingentes, os quais somente serão reconhecidos nos registros contábeis quando de sua efetiva realização, isto é, recebimento pecuniário ou compensação com passivos existentes, segundo o conservadorismo das práticas contábeis. Por outro lado, essas mesmas práticas requerem a atualização de passivos contingentes de longo com a conseqüente carga ao resultado do exercício e ao patrimônio líquido. Economicamente, o passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2004 seria transformado em patrimônio líquido, como a seguir demonstrado:

Valores em milhões de Reais	
Passivo a Descoberto em 31 de dezembro de 2004	(6.444)
- Crédito tributário, representado por ICMS a recuperar, constituído entre 1996 e 2001, provisionados em 2002 - Valor corrigido estimado	1.240
- Crédito da Ação de Defasagem Tarifária - Valor líquido estimado	3.000
- Crédito tributário por prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias	2.230
Patrimônio Líquido ajustado	26

10) RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

10.1) Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal dedicado a atividade de transporte aéreo de passageiros (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), conta com a seguinte quantidade de funcionários:

CATEGORIA	BRASIL	EXTERIOR	TOTAL
AEROVIÁRIOS	5.644	680	6.324
AERONAUTAS	5.102	30	5.132
TOTAL	10.746	710	11.456

Adicionalmente, as atividades de manutenção (VEM) e de carga (VARIG Log) conta com 4.709 e 1.365, respectivamente.

10.2) Plano de Previdência Privada

A VARIG e as suas controladas VARIG Log e VEM bem como as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste são patrocinadoras do Instituto AERUS de Seguridade Social, com o objetivo de complementar as aposentadorias de



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

seus funcionários. Esse conjunto de empresas nacionais de transporte aéreo é o único do setor que patrocina um programa de importante contexto social, o da aposentadoria complementar.

10.3) Outros benefícios

A VARIG e as suas controladas VARIG Log e VEM, também oferecem aos seus funcionários, além do plano de previdência complementar, diversos outros benefícios devendo ser destacado, o atendimento médico e odontológico, inclusive a dependentes e aposentados, por intermédio da Fundação Ruben Berta.

10.4) Educação e Desenvolvimento

a) A educação corporativa é fundamental para que as modernas organizações possam preparar-se para enfrentar a competição do mundo globalizado. Para isso, foram realizadas diversas parcerias estratégicas e inovadoras entre instituições de ensino e a VARIG oferecendo oportunidades de auto-desenvolvimento para os funcionários.

b) Em consonância com a Política de Educação, a VARIG implantou, novas modalidades de ensino, em complemento as demais opções de cursos que a área vem oferecendo, tais como:

- Cursos objetivando melhoria do atendimento, aperfeiçoamento gerencial de tripulantes de cabine, auditoria de qualidade e desenvolvimento de supervisores e líderes;
- Na área de desenvolvimento gerencial, foram mantidos os principais programas e novos foram lançados, tais como: desenvolvimento de promotores, desenvolvimento de equipes e melhoria de processo.

10.5) Treinamento de tripulantes técnicos

A VARIG é a primeira empresa aérea da América Latina e a quinta do mundo a ser auditada e certificada segundo o novo programa de auditorias IOSA (IATA Operational Safety Audit). O programa IOSA é um sistema de avaliação do gerenciamento operacional e dos sistemas de controle de uma empresa, sendo reconhecido internacionalmente como um atestado de elevado grau de qualidade, integridade e segurança das operações aéreas. A VARIG foi auditada em janeiro de 2004 pela equipe de auditores da United Pro's, empresa de auditoria do grupo United Airlines, que é certificada pela IATA como uma Auditing Organization.

11) PRÊMIOS

Como tradicionalmente acontece, durante 2004 a VARIG acumulou um número expressivo de troféus e prêmios, entre os quais destacam-se:

- Companhia Aérea do Ano – Revista Avião Revue – Motorpress Brasil Editora Ltda.
- Melhor Companhia Aérea Nacional - Revista Avião Revue – Motorpress Brasil Editora Ltda.
- Melhor Companhia Aérea – Vôos Internacionais – Revista Viagem e Turismo – Editora Abril
- Melhor Companhia Aérea Nacional – Revista Brasil Travel News – Camel Editora Internacional
- Empresa Aérea Que Mais Respeita o Consumidor – Revista Consumidor Moderno – Padrão Editorial Ltda.
- Marcas de Confiança – Seleções Reader's Digest – The Reader's Digest Association
- Top de Marketing – Smiles, o Programa de Fidelidade do Século – ADVB
- Melhor Champanhe a Bordo - Global Traveler Magazine – Business Travel Magazine



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

→ Empresa Aérea Mais Pontual – Departamento de Aviação Civil – DAC

12) GESTÃO AMBIENTAL

A preservação do meio ambiente sempre esteve entre as prioridades da VARIG. Assim sendo, investimentos como, por exemplo, para tratamento dos efluentes de suas áreas industriais, foram efetuados mesmo antes da existência de qualquer legislação brasileira a respeito do assunto.

Pioneira entre as empresas brasileiras de aviação na busca de soluções orientadas à manutenção do equilíbrio ambiental, a Companhia mantém, desde 1991, programas para redução de consumo de poluentes e energias não renováveis, como solventes, tintas, combustíveis, eletricidade e água.

Através de comissões, operacionaliza o SGA – Sistema de Gestão Ambiental VARIG que, aplicável a todas as empresas que compõem o grupo FRB-Par, organiza campanhas de educação ambiental que objetivam conscientizar o corpo funcional e obter o seu comprometimento. Como resultado desse esforço organizado, o volume de lixo destinado aos vazadouros públicos foi reduzido pela metade e a receita gerada pelo programa torna o Projeto VARIG de Meio Ambiente auto-sustentável. Apenas como exemplo, em 2004 foram recolhidas e comercializadas 210 toneladas de papel destinado à reciclagem.

Em 2004, dando continuidade à expansão de seu parque industrial para a manutenção de aeronaves, foram investidos aproximadamente R\$1.200 mil na ampliação da Estação de Tratamento de Efluentes Industriais em Porto Alegre.

13) RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

A política da VARIG em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, se consubstancia nos princípios que preservam a independência profissional. Esses princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar para o seu cliente .

Durante o exercício de 2004, a VARIG não contratou a firma Trevisan Auditores Independentes para outros trabalhos que não fosse a auditoria independente das demonstrações financeiras.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Disponibilidades	109.834	137.773	127.130	159.968
Contas a receber	661.267	535.689	819.812	714.877
Empresas relacionadas	82.059	13.278	21.799	118.956
Depósitos especiais	135.716	87.083	145.823	101.555
Créditos Tributários	41.178	8.639	57.392	8.639
Estoques	25.404	21.771	207.846	173.077
Pagamentos antecipados	147.737	188.120	158.327	205.962
Outros Créditos	13.653	30.211	33.454	30.211
Total do circulante	<u>1.216.848</u>	<u>1.022.564</u>	<u>1.571.583</u>	<u>1.513.245</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Empresas relacionadas	527.801	384.534	448.793	382.912
Depósitos especiais	175.436	188.045	184.115	189.903
Créditos tributários	87.323	79.709	108.622	95.987
Outros créditos	71.464	71.513	121.097	71.513
Total do realizável a longo prazo	<u>862.024</u>	<u>723.801</u>	<u>862.627</u>	<u>740.315</u>
PERMANENTE				
Investimentos	495.117	523.490	13.702	14.336
Imobilizado	192.407	208.157	579.806	602.238
Total do permanente	<u>687.524</u>	<u>731.647</u>	<u>593.508</u>	<u>616.574</u>
PASSIVO A DESCOBERTO	6.444.092	6.356.925	6.444.092	6.356.925
TOTAL DO ATIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	<u>9.210.488</u>	<u>8.834.937</u>	<u>9.471.810</u>	<u>9.227.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
CIRCULANTE				
Fornecedores	427.812	289.176	492.344	324.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	353.922	609.150	379.969	623.648
Financiamentos de obrigações fiscais	239.490	220.259	265.803	233.999
Taxas, impostos e contribuições	250.398	243.277	289.348	265.079
Salários e encargos sociais	76.453	107.839	209.324	185.404
Arrendamento mercantil a pagar	215.254	165.325	244.191	198.979
Empresas relacionadas	105.057	81.949	68.710	98.468
Contas a pagar	136.014	227.920	178.353	268.689
Transportes a executar	625.904	726.679	648.289	744.907
Provisões diversas	<u>247.538</u>	<u>334.584</u>	<u>272.597</u>	<u>355.335</u>
Total do circulante	<u>2.677.842</u>	<u>3.006.158</u>	<u>3.048.928</u>	<u>3.299.446</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.716.785	1.912.689	1.734.938	1.924.025
Financiamentos de obrigações fiscais	3.053.381	2.945.162	3.110.987	3.014.959
Empresas relacionadas	226.561	37.601	32.314	29.055
Arrendamento mercantil a pagar	103.850	90.160	103.850	90.160
Provisão do passivo atuarial	407.093	210.819	415.350	216.065
Provisões diversas	11.353	-	-	-
Provisões para contingências	<u>1.013.623</u>	<u>632.348</u>	<u>1.020.659</u>	<u>638.190</u>
Total do exigível a longo prazo	<u>6.532.646</u>	<u>5.828.779</u>	<u>6.418.098</u>	<u>5.912.454</u>
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	4.784	15.159
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>9.210.488</u></u>	<u><u>8.834.937</u></u>	<u><u>9.471.810</u></u>	<u><u>9.227.059</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
RECEITAS OPERACIONAIS				
Receitas de voo	7.135.920	6.469.475	8.387.209	7.620.147
Outras receitas operacionais	457.853	242.911	674.481	525.035
Impostos sobre receita	(117.090)	(129.952)	(203.314)	(195.780)
Receita operacional líquida	7.476.683	6.582.434	8.858.376	7.949.402
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
Custos de voo	(5.183.390)	(4.428.315)	(5.935.351)	(5.106.235)
Resultado de acordo operacionais	(129.378)	(156.168)	(129.378)	(156.168)
Outros custos operacionais	(180.544)	(200.259)	(256.366)	(386.895)
	(5.493.312)	(4.784.742)	(6.321.095)	(5.649.298)
LUCRO BRUTO	1.983.371	1.797.692	2.537.281	2.300.104
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas comerciais	(1.349.052)	(1.329.986)	(1.831.133)	(1.748.432)
Honorários da administração	(3.554)	(4.007)	(6.049)	(5.265)
Despesas administrativas	(177.410)	(140.856)	(242.422)	(210.808)
RESULTADO DA ATIVIDADE	453.355	322.843	457.677	335.599
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS				
Receitas financeiras	29.211	12.727	31.508	23.000
Despesas financeiras	(588.338)	(287.340)	(615.782)	(314.141)
Despesas financeiras sobre contratos de leasing	(5.749)	(30.779)	(5.749)	(30.779)
Variações monetárias e cambiais de obrigações e créditos	37.297	218.031	41.588	208.729
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	(20.296)	(37.604)	(21.219)	(38.554)
	(547.875)	(124.965)	(569.654)	(151.745)
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	(38.244)	(22.060)	-	-
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC., LÍQUIDAS	60.486	(1.990.841)	34.395	(1.996.683)
RESULTADO OPERACIONAL	(72.278)	(1.815.023)	(77.582)	(1.812.829)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(14.889)	(21.827)	(18.980)	(21.885)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	(959)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	9.395	(1.177)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(87.167)	(1.836.850)	(87.167)	(1.836.850)
Prejuízo Por Ação no final do período em R\$	(1,25)	(26,27)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
 (Em milhares de reais)

	Capital social realizado	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	248.514	94.284	(4.862.873)	(4.520.075)
Realização da reserva de reavaliação	-	(10.978)	10.978	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.836.850)	(1.836.850)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	<u>248.514</u>	<u>83.306</u>	<u>(6.688.745)</u>	<u>(6.356.925)</u>
Realização da reserva de reavaliação	-	(10.374)	10.374	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(87.167)	(87.167)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	<u>248.514</u>	<u>72.932</u>	<u>(6.765.538)</u>	<u>(6.444.092)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ORIGENS DE RECURSOS				
De terceiros:				
Nas operações (vide abaixo)	385.530	-	391.953	-
Financiamento a longo prazo	103.259	524.940	9.314	524.940
Transferências do curto prazo para o exigível a longo prazo	43.594	238.742	43.594	302.854
Transferência de permanente para circulante	-	-	39.250	-
Redução do realizável a longo prazo	12.658	48.916	13.354	48.916
Total das origens	545.041	812.598	497.465	876.710
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Nas operações (vide abaixo)	-	105.658	-	40.978
Acréscimos do ativo permanente:				
Investimentos	-	84.451	-	30
Imobilizado técnico	14.827	-	105.822	76.945
Aumento do realizável a longo prazo	7.614	335.077	66.873	422.402
Redução do exigível a longo prazo	-	75.238	15.914	88.311
Total das aplicações	22.441	600.424	188.609	628.666
REDUÇÃO (AUMENTO) NA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE REPRESENTADA POR	522.600	212.174	308.856	248.044
Capital circulante no fim do exercício:				
Ativo circulante	1.216.848	1.022.564	1.571.583	1.513.245
Passivo circulante	2.677.842	3.006.158	3.048.928	3.299.446
	(1.460.994)	(1.983.594)	(1.477.345)	(1.786.201)
Capital circulante no início do exercício	(1.983.594)	(2.195.768)	(1.786.201)	(2.034.245)
REDUÇÃO (AUMENTO) NA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	522.600	212.174	308.856	248.044
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NAS OPERAÇÕES SOCIAIS				
Prejuízo líquido do exercício	(87.167)	(1.836.850)	(87.167)	(1.836.850)
Itens que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciações e amortizações	21.682	27.470	70.763	72.600
Variações monetárias de créditos e obrigações a longo prazo	140.593	(89.681)	140.593	(89.681)
Resultado de participações	38.244	22.060	-	-
Baixa de imobilizado	9.517	77.551	10.293	106.974
Passivo Atuarial	196.274	-	199.285	-
Constituição de provisões para contingências	66.387	1.693.792	67.581	1.702.072
Participação de minoritários	-	-	(9.395)	1.177
Outros resultados	-	-	-	2.730
RECURSOS GERADOS DAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES	385.530	(105.658)	391.953	(40.978)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e suas controladas exploram comercialmente, mediante concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, transportes aéreos em geral, de passageiros, bagagens, encomendas, cargas e malas postais, através de linhas e serviços aéreos domésticos e internacionais, e prestam serviços de manutenção em aeronaves civis e militares, consertos, restauração e conservação de máquinas e equipamentos, consultoria técnica, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia e de programas de treinamento e formação técnica.

Em decorrência das dificuldades enfrentadas pelas empresas aéreas a Companhia vem implementado uma série de ações para o restabelecimento do seu equilíbrio econômico e financeiro, posição patrimonial e a necessária geração de caixa. As principais ações tomadas pela Administração, considerando-se a necessidade premente de capitalização, concentram-se em esforços de negociações com seus principais credores e potenciais investidores.

Em 21 de dezembro de 2004, a VARIG e o Departamento de Aviação Civil – DAC assinaram um Contrato de Concessão através do qual o DAC como representante do Comando da Aeronáutica, subordinado ao Ministério da Defesa, outorga à Companhia a concessão para explorar serviço de transporte aéreo até 31 de dezembro de 2010.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações apresentam os saldos das contas da Companhia e das seguintes empresas: VARIG Logística S. A., PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S. A. e VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A. As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior são preparadas seguindo práticas contábeis compatíveis com aquelas adotadas pela controladora e são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas de encerramento dos exercícios.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas e os saldos e as transações intercompanhias estão eliminados na consolidação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e) Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras

Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras de empresa sediada no exterior, decorrentes da oscilação do real em relação ao dólar norte-americano, são alocados a receitas ou despesas financeiras.

f) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

g) Estoques

São avaliados pelo custo médio das compras ou de produção, ou pelos valores de mercado ou de reposição, entre estes o que for menor. A provisão para obsolescência é registrada para os itens de consumíveis e reparáveis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.

j) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

l) Contratos de arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, são reconhecidos no resultado em virtude do valor das respectivas contraprestações e da vida útil estimada das aeronaves. O excesso da contraprestação em relação à parcela mensal de depreciação é registrado no ativo imobilizado e será amortizado no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves.

m) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

n) Provisões

A provisão para revisão e reparos de equipamentos de vôo é constituída com base nas horas voadas e representa cobertura dos custos a realizar com manutenções futuras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

A provisão para o programa de milhagem - Smiles é constituída com base na estimativa de conversão em prêmios das milhas acumuladas no programa conquistadas pelos clientes e não resgatadas, valorizados pelos custos adicionais por passageiro transportado, denominado “custo incremental”.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

p) Reconhecimento da receita

As receitas de vendas são reconhecidas por ocasião da efetiva prestação de serviços, e os valores correspondentes àquelas cujos serviços ainda não foram prestados permanecem na conta “Transportes a executar” no passivo circulante, limitados à validade legal da passagem aérea. Em decorrência da integração das atividades operacionais da Companhia com as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S. A. e Nordeste Linhas Aéreas S. A., os resultados globais auferidos são distribuídas entre as empresas substancialmente em virtude da participação de cada uma delas no total da frota combinada.

q) Plano de pensão

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S. A., patrocinam um plano de contribuição definida para seus funcionários. Os custos correntes, relativos ao plano de contribuição definida, são determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência.

r) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

s) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

t) Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003 foram



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparação.

4. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Caixa e bancos	98.043	123.974	115.339	137.517
Aplicações financeiras:				
Fundos de investimento	458	398	458	398
Debêntures	-	-	-	8.652
Overnight	11.333	13.401	11.333	13.401
	<u>109.834</u>	<u>137.773</u>	<u>127.130</u>	<u>159.968</u>

As aplicações financeiras efetuados no Brasil em 31 de dezembro de 2004, totalizando R\$458 na controladora e no consolidado, foram caucionadas como garantia de empréstimos obtidos.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
No país	529.688	446.269	661.175	574.364
No exterior	267.577	235.007	313.058	312.966
Outros valores a receber no exterior	5.270	3.230	5.270	3.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(141.268)</u>	<u>(148.817)</u>	<u>(159.691)</u>	<u>(175.683)</u>
	<u>661.267</u>	<u>535.689</u>	<u>819.812</u>	<u>714.877</u>

Contas a Receber referentes à vendas de passagens aéreas foram oferecidos como garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2004, R\$200.980 (R\$15.826 em 2003) estão caucionados para pagamentos de dívidas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

6. DEPÓSITOS ESPECIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Garantia de contratos de arrendamento	141.475	143.106	145.403	144.781
Garantia para aquisição de aeronaves	-	-	6.105	6.656
Garantia de manutenção	-	1.883	-	1.883
Depósitos judiciais	76.204	54.481	77.264	55.570
Depósitos em garantia	53.086	43.783	53.086	43.783
Outros depósitos	40.387	31.875	48.080	38.785
	311.152	275.128	329.938	291.458
Menos- Parcela de curto prazo	(135.716)	(87.083)	(145.823)	(101.555)
Realizável a longo prazo	175.436	188.045	184.115	189.903

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Materiais de serviço de bordo	17.834	11.973	19.273	13.539
Consumíveis e Reparáveis	8.698	7.148	118.960	105.291
Materiais diversos	538	4.316	550	4.558
Ordens de trabalho - terceiros	-	-	78.511	51.465
Provisão para obsolescência	(1.666)	(1.666)	(9.448)	(1.776)
	25.404	21.771	207.846	173.077



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

8. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Prêmio de seguros	28.086	30.460	28.086	31.814
Comissões de vendas a apropriar	88.807	103.430	94.956	107.357
Adiantamento a prestadores de serviços	4.511	20.356	8.022	28.446
Comissão de financiamento	2.485	2.645	2.485	2.645
Arrendamento mercantil	15.838	19.712	15.838	19.712
Outros	8.010	11.517	8.940	15.988
	<u>147.737</u>	<u>188.120</u>	<u>158.327</u>	<u>205.962</u>

9. INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Em sociedades controladas:				
VARIG Logística S. A.	-	5.738	-	-
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S. A.	4.564	14.466	-	-
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A.	476.851	488.950	-	-
Outros	13.702	14.336	13.702	14.336
	<u>495.117</u>	<u>523.490</u>	<u>13.702</u>	<u>14.336</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

b) Informações relevantes relativas às controladas diretas são sumarizadas a seguir:

	2004				Participação no capital social - %	2003		
	Capital social	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Prejuízo Líquido do exercício	Equivalência patrimonial		Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	Equivalência patrimonial
VARIG Logística S. A.	231.832	(11.367)	(17.160)	(17.139)	99,88	5.792	(11.573)	(11.464)
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S. A.	8.729	9.314	(18.379)	(9.006)	49,00	29.522	2.523	1.236
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A.	501.294	476.899	(12.100)	<u>(12.099)</u> <u>(38.244)</u>	99,99	488.999	(11.833)	<u>(11.832)</u> <u>(22.060)</u>

Outros investimentos estão representados, principalmente, por imóveis, os quais estão arrendados a terceiros. Os imóveis estão registrados pelos valores líquidos de depreciação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	CIRCULANTE				LONGO PRAZO			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S. A .	223	47	63.100	21.111	-	-	22	-
Rio Sul Linhas Aéreas S. A .	18.479	67.135	-	42.441	-	50.407	-	-
Nordeste Linhas Aéreas S. A .	-	48.683	-	5.964	-	6.276	-	-
Fundação Ruben Berta	5	-	4.303	4.306	-	-	32.292	29.013
Companhia Tropical de Hotéis	104	-	377	3.283	-	-	-	-
VARIG Participações em Transportes Aéreos S. A .	-	-	335	-	97.896	22.251	-	-
VARIG Participações em Serviços Complementares S. A .	2.873	-	-	-	349.137	299.816	-	-
FRB-Par Investimentos S. A .	1	2.924	102	1.084	1.760	920	-	-
Amadeus Brasil Ltda.	-	-	-	10.924	-	3.241	-	-
Rotatur Ltda	20	8	-	1.849	-	-	-	42
Outras	94	159	493	7.506	-	1	-	-
	<u>21.799</u>	<u>118.956</u>	<u>68.710</u>	<u>98.468</u>	<u>448.793</u>	<u>382.912</u>	<u>32.314</u>	<u>29.055</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

	<u>Resultado Operacional</u>	
	<u>2004</u>	<u>2003</u>
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	(123.228)	(96.727)
Rio Sul Linhas Aéreas S.A .	(56.506)	20.262
Nordeste Linhas Aéreas S.A .	(16.307)	34.336
Fundação Ruben Berta	(1.155)	(2.040)
Companhia Tropical de Hotéis	(42)	(2.389)
VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A .	-	-
VARIG Participações em Serviços Complementares S.A .	-	-
FRB-Par Investimentos S.A .	(2.758)	(8.250)
Amadeus Brasil Ltda	-	(2.664)
Rotatur Ltda	11	-
Varig Travel S.A .	-	-
Outras	12	(118)
	<u>(199.973)</u>	<u>(57.590)</u>

Os ativos de curto prazo referem-se principalmente à prestação de serviços de manutenção de aeronaves.

Os passivos de curto prazo referem-se, sobretudo, à prestação de serviços auxiliares de pista e manuseio de carga.

Os ativos de longo prazo referem-se empréstimos de mútuo por assunção de dívida com juros anuais variando entre 100% e 101% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

Os passivos de longo prazo referem-se à comissão de aval sobre garantias prestadas na captação de empréstimos e financiamentos e empréstimos de mútuo, com juros anuais de 100% da taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas têm bases semelhantes às aquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Controladora		Consolidado	
				Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado técnico:							
Equipamentos de voo	3,3 a 20	115.292	(101.588)	13.704	15.496	282.849	337.864
Benfeitorias em aeronaves de terceiros	5 a 20	35.613	(28.578)	7.035	8.149	8.794	8.207
Equipamentos de treinamento e simuladores de voo	10 a 14,2	8.231	(7.933)	298	345	298	345
Arrendamento de aeronaves	-	96.980	-	96.980	60.477	96.980	60.477
Equipamentos e instalações	10 a 20	137.439	(109.617)	27.822	34.467	103.223	70.364
Veículos	20	4.803	(4.486)	317	299	381	378
Imóveis	4 a 11	60.251	(50.193)	10.058	15.433	16.084	19.945
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	5 a 25	212.410	(187.422)	24.988	31.999	29.112	62.604
		671.019	(489.817)	181.202	166.665	537.721	560.184
Imobilizações em andamento	-	-	11.205	11.205	41.492	42.085	42.054
		671.019	(478.612)	192.407	208.157	579.806	602.238

A conta "Arrendamento de aeronaves" registra o excesso da contraprestação dos custos com arrendamento mercantil de aeronaves, cujos contratos estabelecem opção de compra, em relação à parcela mensal de depreciação registrada no ativo imobilizado para posterior amortização no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves, conforme descrito na nota explicativa nº 3.I).

A conta "Equipamentos de voo" do consolidado inclui o montante líquido de R\$110.508 (R\$126.222 em 2003), decorrente de avaliação a valor de mercado por ocasião do aporte de capital efetuado pela companhia na controlada VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A. Os valores correntes desses ativos foram suportados por avaliação técnica realizada por especialistas independentes, e as taxas de depreciação dos bens reavaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo de avaliação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

O efeito futuro de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho de capital resultante do aporte de capital supramencionado foi integralmente incluído na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2001.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora			Consolidado		
	2004		2003	2004	2003	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total	Total	
Empréstimos e financiamentos	198.302	518.807	717.109	1.168.820	761.309	1.194.654
Financiamento de taxas e contribuições	36.828	1.010.337	1.047.165	946.039	1.047.165	946.039
Refinanciamentos de Arrendamento mercantil	57.088	76.847	133.935	172.778	133.935	172.778
Debêntures	61.704	110.794	172.498	234.202	172.498	234.202
	<u>353.922</u>	<u>1.716.785</u>	<u>2.070.707</u>	<u>2.521.839</u>	<u>2.114.907</u>	<u>2.547.673</u>

Os saldos apresentados incorporam juros incorridos de R\$3.087 (R\$24.323 em 2003), exigíveis a curto prazo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

a) Os empréstimos e financiamentos estão representados por:

	Controladora			2003 Total
	2004		Total	
	Curto prazo	Longo prazo		
Capital de giro:				
Moeda estrangeira:				
Orix Corp. (USA): Juros anuais de 3% acima da taxa interbancária de Londres -LIBOR, pagáveis semestralmente até junho de 2005, garantidos por recebíveis de cartões de crédito no Japão.	8.338	-	8.338	63.681
Nissho Iwai (USA): Juros anuais de 2.6% a 3% acima da taxa interbancária de Londres- LIBOR, pagáveis semestralmente até junho de 2007, garantidos por recebíveis de cartões de crédito no Japão.	26.873	56.226	83.099	150.783
Brazilian American Merchant Bank (USA): Juros anuais de 3,5% acima da taxa interbancária de Londres-LIBOR, pagáveis semestralmente até dezembro de 2012, garantidos por recebíveis de cartões de crédito na Itália e Argentina, ações de determinadas empresas da FRB-Par e imóveis em Brasília e Manaus.	20.344	137.636	157.980	193.323
J.P. Morgan Securitização de recebíveis (USA): Juros anuais de 9,6%, garantidos por recebíveis de cartões de crédito no mercado norte-americano.	-	-	-	40.172
GE financiamentos com juros anuais de 8%, pagáveis mensalmente até agosto de 2008, garantidos por penhor mercantil de peças de reposição, recebíveis de cartões de crédito e notas promissórias.	51.835	123.145	174.980	298.530
GE Financiamentos com juros anuais de 6%, pagáveis mensalmente até dezembro de 2009. Como garantias foram oferecidos os recebíveis de venda de passagens aéreas através de cartões de crédito, provenientes do sistema IATA-BSP dos vôos internacionais para França e Inglaterra.	31.189	125.420	156.609	244.850
Banespa (USA): Juros anuais de 9%, com vencimentos em abril de 2004, garantidos por avais e notas promissórias da Fundação Rubem Berta.	-	-	-	15.730
Empréstimos em diversas instituições financeiras	27.723	34.802	62.525	19.993
	166.302	477.229	643.531	1.027.062
Moeda nacional:				
Petrobras - financiamento com juros anuais de 7% acima da TJLP, pagáveis mensalmente até maio de 2006, garantidos por recebíveis de cartões de crédito	32.000	13.333	45.333	78.087
IBM - financiamento com juros mensais de 1% mais variação da TR, pagáveis em três parcelas anuais, abril de 2004 a 2006, e duas parcelas em dezembro de 2006, garantidos por permuta de passagens aéreas	-	28.245	28.245	48.480
	32.000	41.578	73.578	126.567
Total de capital de giro	198.302	518.807	717.109	1.153.629
Linhas de crédito no Brasil e no exterior				15.191
	198.302	518.807	717.109	1.168.820



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

O cronograma dos vencimentos dos saldos de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2004, é como segue:

	<u>Controladora</u>
2006	202.585
2007	130.104
2008	57.615
2009 em diante	<u>128.503</u>
	<u>518.807</u>

Para os contratos com parcelas vencidas foram consideradas as condições contratuais presentes, como datas de vencimento e encargos, os quais podem estar sujeitos a alterações que não podem ser presentemente determinadas. Assim sendo, não foram provisionados encargos adicionais decorrentes de negociações futuras.

b) Os financiamentos de taxas e contribuições estão representados por:

	<u>Controladora</u>			
	<u>2004</u>		<u>2003</u>	
	<u>Curto</u>	<u>Longo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>prazo</u>	<u>prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
INFRAERO - taxas aeroportuárias devidas no mês de fevereiro de 2003, parceladas em 24 prestações ,mensais, iguais e consecutivas, e juros equivalentes a TJLP acrescidos de 5% ao ano, com último vencimento em outubro de 2005, garantidos por recebíveis de venda de passagens aéreas entre o 21º e o 30º dia de cada mês do órgão BSP	4.230	-	4.230	9.345
Instituto AERUS de Seguridade Social - parcelamento de 217 prestações mensais, a partir de abril de 2004, atualizadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.Sobre o saldo atualizado incidem juros de 6% ao ano.				
As garantias oferecidas estão descritas no item vi) a seguir	32.598	1.010.337	1.042.935	936.694
	<u>36.828</u>	<u>1.010.337</u>	<u>1.047.165</u>	<u>946.039</u>

Em 10 de abril de 2003, a Companhia e as empresas relacionadas VARIG Participações em Transportes Aéreos S. A. ("VPTA") e VARIG Participações em Serviços Complementares S. A. ("VPSC") assinaram com o Instituto AERUS de Seguridade Social ("AERUS") um Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Dívidas, com Pacto Suspensivo de Exigibilidade, Amortizáveis a Termo Certo e Oferecimento de Garantias. Referido Instrumento Particular, que cumpre os termos da Resolução CGPC nº 17 de 11 de julho de 1996, incluem as seguintes principais cláusulas:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

- i) A consolidação e repactuação de débitos no montante de R\$870.364, devidamente atualizados até 20 de março de 2003, dos quais R\$361.492 são de responsabilidade direta da Companhia e os restantes R\$508.872 de responsabilidade direta das empresas relacionadas, com co-responsabilidade e fiança da Companhia.
- ii) A confissão, pelas devedoras, dos débitos acima mencionados.
- iii) A suspensão da exigibilidade dos débitos até 31 de março de 2004.
- iv) O estabelecimento do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV para a atualização monetária. Sobre os saldos atualizados incidirão juros anuais de 6%.
- v) Os pagamentos serão efetuados em 217 parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir de 20 de abril de 2004.
- vi) Como garantia ao cumprimento das obrigações assumidas, a Companhia oferece ao Aerus a utilização preferencial dos recursos que serão creditados em sua conta corrente nº 411.437-X - Banco do Brasil, agência 1755-8, oriundos de recursos provenientes da venda de passagens aéreas efetuadas através do cartão de crédito American Express - AMEX. Adicionalmente, são oferecidos como garantia: (a) a caução de 5% das ações que a Companhia detém da VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A. e VARIG Logística S. A.; e (b) caução de parte do direito da Companhia de crédito contra a União Federal, reconhecido nos autos da Ação Ordinária nº 93.00.02252-0 em curso no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, até o limite do valor pactuado no Instrumento Particular.
- vii) Substituição, pelo presente Instrumento Particular, do Terceiro Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Dívidas, com Pacto Suspensivo de Exigibilidade, Amortizáveis a Termo Certo celebrado entre a Companhia e o Aerus em 15 de junho de 1999, do Instrumento Particular de Cessão Parcial de Débito e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia, a VPTA, a VPSC e o Aerus em 6 de junho de 2000 e do Instrumento Particular de Dação em Pagamento Mediante a Transferência de Ações para Quitação Parcial de Dívida, Direito de Recompra e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e o Aerus em 12 de junho de 2002.

Os saldos de financiamentos de taxas e contribuições exigíveis a longo prazo, em 31 de dezembro de 2004, têm seus vencimentos como segue:

	<u>Controladora</u>
2006	34.721
2007	36.805
2008	39.013
2009 em diante	<u>899.798</u>
	<u>1.010.337</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

c) Os refinanciamentos de arrendamento mercantil estão demonstrados a seguir:

	Controladora			2003 Total
	2004 Curto prazo	2004 Longo prazo	Total	
Arrendamento operacional:				
International Lease Finance Corp. (USA) - US\$24,6 milhões a serem amortizados semestralmente a partir de abril de 2001 até outubro de 2007, com juros anuais de 4% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR	-	-	-	59.229
Renegociação do contrato				
1) US\$ 777mil, pagáveis semestralmente a partir de abril de 2001 até outubro de 2007, com taxa de juros de 4% aa acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR	1.052	701	1.753	-
2) US\$ 21,67milhões, pagáveis semestralmente a partir de abril de 2001 até outubro de 2007, com taxa de juros anuais de 2% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR.	11.945	19.554	31.499	-
3) US\$ 15,7milhões, pagáveis trimestralmente a partir de julho de 1999 até julho de 2005, com taxa de juros anuais de 8%.	5.669	-	5.669	-
Morgan & Metlife (USA) - US\$9,5 milhões a serem amortizados semestralmente, com juros anuais de 2% acima da taxa interbancária de Londres LIBOR.	-	-	-	24.279
PLM Worldwide (USA) - US\$6,7 milhões a serem amortizados mensalmente a partir de outubro de 2002 até julho de 2005, com juros anuais de 5%.	6.804	-	6.804	11.494
Sunrock - US\$2,1 milhões a serem amortizados mensalmente a partir de maio de 2002 até maio de 2006, com juros anuais de 8% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR semestral	-	-	-	6.296
Renegociação do contrato				
US\$5,73milhões, pagáveis mensalmente a partir de dezembro de 2003 até janeiro de 2009 com taxa de juros anuais de 6,5%.	3.120	9.190	12.310	-
Mitsui (Japan)				
1) - US\$2,2 milhões a serem amortizados trimestralmente a partir de março de 2007 até dezembro de 2007, com juros anuais de 2,6% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR trimestral	-	3.075	3.075	16.428
2) - US\$5,2 milhões a serem amortizados mensalmente a partir de julho de 2004 até outubro de 2007, com juros anuais de 4,48% .	3.887	7.255	11.142	-
CIT (USA) - US\$1,8 milhão a ser amortizado mensalmente a partir de abril 2002 até novembro de 2005, com juros anuais de 8%.	-	-	-	5.921
Renegociação				
CIT (USA) - US\$4 milhões a serem amortizados mensalmente a partir de abril de 2004 até abril de 2008, com juros anuais de 5%.	2.448	5.541	7.989	-
ING (USA) - US\$1,9 milhão a ser amortizado mensalmente a partir de abril de 2002 até março de 2006	1.593	319	1.912	3.351
GATX (USA) - US\$1,92 milhão a ser amortizado mensalmente a partir de maio de 2002 até março de 2006, com juros anuais da taxa interbancária de Londres - LIBOR mensal	1.256	1.043	2.299	4.968
GATX (USA) - US\$2,409 milhões a serem amortizado mensalmente a partir de dezembro de 2003 até dezembro de 2005, com juros anuais De 4,505%.	2.934	-	2.934	-
GATX (USA) - US\$8,910 mil a ser amortizado mensalmente a partir de dezembro de 2003 até dezembro de 2008, com juros anuais de 4,505%.	4.625	13.872	18.497	-
Boullioun (USA) - US\$7,9 milhões a ser amortizado mensalmente a partir de dezembro de 2003 até dezembro de 2008, com juros anuais de 5,6%.	4.150	12.449	16.599	-
Outros	7.605	3.848	11.453	40.812
	57.088	76.847	133.935	172.778



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

A Companhia está em processo de negociação com arrendadores sobre os refinanciamentos anteriormente descritos. Como conseqüência, as condições contratuais presentes, como datas de vencimento e encargos, estão sujeitas a alterações que não podem ser presentemente determinadas. Assim sendo, não foram provisionados encargos adicionais que seriam devidos, assumindo-se a manutenção das atuais condições contratuais.

d) As debêntures emitidas pela Companhia estão demonstradas como segue:

	2004			2003	
	Valor emitido	Curto prazo	Longo Prazo	Total	Total
Primeira emissão:					
Primeira série	122.069	24.316	24.804	49.120	73.437
Segunda emissão	-	-	-	-	-
Terceira emissão	-	-	-	-	-
Quarta emissão:					
Primeira série	101.384	20.281	45.612	65.893	86.173
Segunda série	57.146	11.431	26.663	38.094	49.525
Terceira série	27.905	5.676	13.715	19.391	25.067
	<u>308.504</u>	<u>61.704</u>	<u>110.794</u>	<u>172.498</u>	<u>234.202</u>

Primeira emissão

Em Assembléa Geral Extraordinária realizada em 16 de outubro de 2001, foi aprovada a emissão de 156.085 debêntures, em duas séries. As debêntures da primeira série vencerão em 26 de dezembro de 2006 e as da segunda série foram totalmente liquidadas em 26 de dezembro de 2002.

As debêntures, que foram emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, não são conversíveis em ações e estão sujeitos a juros com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de 4,75% ao ano.

A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures dessas emissões, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido de remuneração devida e deduzido de amortização efetuada. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas ou mantidas em tesouraria.

O agente fiduciário poderá declarar antecipação das obrigações quando:

- Houver liquidação ou decretação de falência da emissora.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

- Houver falta de cumprimento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, prevista na escritura, não sanada em 90 dias, contados da data em que for recebida notificação do agente fiduciário.
- Ocorrer substituição do BankBoston no convênio de recebíveis da IATA, sem o atendimento da obrigação prevista.

Foram oferecidos como garantias os recebíveis de venda de passagens aéreas realizadas entre o 1º e o 10º dia de cada mês através do órgão IATA-BSP Brasil, as quais correspondem à penhora em primeiro grau.

Segunda emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2002, foi aprovada a segunda emissão privada de 40.280 debêntures, em uma única série, as quais foram liquidadas em 2003.

Terceira emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2002, foi aprovada a terceira emissão privada de 56.051 debêntures, em uma única série, as quais foram liquidadas em 2003.

Quarta emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2003, foi aprovada a quarta emissão privada de debêntures, em três séries, totalizando R\$207.000.

Primeira e segunda série

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2003, foram aprovadas a primeira e a segunda série da quarta emissão privada de 158.530 debêntures, no montante de R\$158.530. As debêntures dessa emissão têm características semelhantes às debêntures da primeira emissão e serão amortizadas em 60 parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir de março de 2003 para a primeira série e abril de 2003 para a segunda série. Os juros, que foram fixados pela variação da TJLP acrescida de 4,75% ao ano, são exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização.

Terceira série

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de julho de 2003, foi aprovada a terceira série da quarta emissão privada de 27.905 debêntures no montante de R\$27.905. As debêntures dessa emissão têm características semelhantes às debêntures da primeira emissão e serão amortizadas em 59 parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir de julho de 2003. Os juros, que foram fixados pela variação da TJLP acrescida de 4,75% ao ano, são exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

Para a primeira, segunda e terceira emissões de debêntures foram oferecidas garantias de recebíveis de venda de passagens aéreas realizadas no terceiro decêndio de cada mês, através do órgão IATA-BSP Brasil, as quais correspondem à penhora em terceiro grau.

As debêntures foram totalmente integralizadas com créditos que a INFRAERO possuía contra a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2004, o cronograma dos vencimentos dos saldos de debêntures a longo prazo é como segue:

	<u>Controladora</u>
2006	62.193
2007	37.388
2008	<u>11.213</u>
	<u>110.794</u>

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos financeiros e operacionais, em 31 de dezembro de 2004, totalizam R\$251.311 e R\$2.015.697, respectivamente, e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

	<u>Controladora</u>		
	<u>Financeiro</u>	<u>Operacional</u>	<u>Total</u>
2005	83.402	606.322	689.724
2006	105.785	420.118	525.903
2007	62.124	308.110	370.234
2008	-	237.371	237.371
2009 em diante	-	443.776	443.776

14. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Taxas e contribuições por conta de terceiros	143.199	106.591	149.374	113.311
Cofins, PIS e ICMS	66.642	78.930	90.369	86.310
Taxas aeroportuárias	40.557	57.756	49.329	65.458
Outras	-	-	276	-
	<u>250.398</u>	<u>243.277</u>	<u>289.348</u>	<u>265.079</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Salários a pagar	55.316	30.526	70.930	39.411
Previdência social	12.438	12.982	108.601	68.027
FGTS	5.536	62.978	24.523	74.843
Contribuições ao Instituto Aerus de Seguridade Social	3.163	1.353	5.270	3.123
	<u>76.453</u>	<u>107.839</u>	<u>209.324</u>	<u>185.404</u>

A Controlada VEM solicitou ao Instituto Nacional de Seguridade Social e a Caixa Econômica Federal parcelamento para os recolhimentos da Previdência Social e do FGTS em atraso, relativos aos período de agosto de 2002 a dezembro de 2004. Em 31 de dezembro de 2004 os pedidos de parcelamentos não haviam sido homologados pelos órgãos competentes e, conseqüentemente, toda a dívida esta classificada no passivo circulante, acrescida de juros sobre o valor do principal e a atualização monetária mensal calculada com base na variação da taxa SELIC.

16. CONTAS A PAGAR

É a seguinte a composição dos saldos de contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
INFRAERO – SUCOTAP	-	68.875	-	68.875
Notas promissórias a pagar	30.730	38.346	31.371	38.910
Serviços de "handling"	10.286	14.843	10.286	14.843
Congêneres a pagar	16.436	19.317	16.436	19.317
Encargos financeiros com arrendamento	-	9.733	-	9.733
Adiantamento de serviços prestados	45.878	34.235	47.317	52.557
Prestação de serviços por terceiros	-	-	7.037	4.184
Seguros a pagar	29.221	37.463	29.417	39.789
Outras	3.463	5.108	36.489	20.481
	<u>136.014</u>	<u>227.920</u>	<u>178.353</u>	<u>268.689</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

17. PROVISÕES DIVERSAS

As provisões diversas estão compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Revisão e reparos de aeronaves	54.355	42.262	54.355	42.262
Férias e encargos	106.344	91.486	131.403	112.237
Programa de milhagem - Smiles	69.953	192.352	69.953	192.352
Provisão de passivo descoberto de controladas	11.353	-	-	-
Outras	16.886	8.484	16.886	8.484
	258.891	334.584	272.597	355.335
Menos- Parcelas de curto prazo	(247.538)	(334.584)	(272.597)	(355.335)
Exigível a longo prazo	11.353	-	-	-

18. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
PAES - Receita Federal	1.572.957	1.544.551	1.572.957	1.571.849
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.638.472	1.616.377	1.638.472	1.616.377
Parcelamento FGTS	77.783	-	77.783	-
Parcelamento COFINS	-	-	56.514	27.189
Parcelamento ICMS	881	1.095	13.150	14.338
Parcelamento ISS	2.778	3.398	7.422	9.537
Parcelamento PIS	-	-	9.411	8.656
Parcelamento IRPJ	-	-	1.081	1.012
	3.292.871	3.165.421	3.376.790	3.248.958
Menos- Parcelas de curto prazo	(239.490)	(220.259)	(265.803)	(233.999)
Exigível a Longo prazo	3.053.381	2.945.162	3.110.987	3.014.959



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

a) Parcelamento especial - PAES - Receita Federal e INSS

Em 30 de julho de 2003, com base na Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial - PAES na Secretaria da Receita Federal e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente a obrigações de INSS, Cofins, Finsocial, CPMF, IRPJ, PIS e CSSL vencidos nos períodos-base anteriores a janeiro de 2003. Como vários desses tributos haviam, anteriormente, sido compensados com tributos da mesma natureza, para determinar os valores a serem incluídos no PAES a Companhia desconsiderou as compensações feitas e calculou, retroativamente, as multas e a atualização com base na variação da taxa Selic. Como consequência da adesão da Companhia ao PAES, o saldo devedor do parcelamento de impostos e encargos sociais em aberto em 31 de janeiro de 2003 também foi consolidado no novo parcelamento. O valor total parcelado foi de R\$3.120.157, a ser pago em 180 prestações mensais a partir de setembro de 2003, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

As parcelas referentes ao parcelamento do INSS, vencidas entre janeiro e dezembro de 2004, foram liquidadas por meio da compensação de valores a receber do fundo aeroviário. Em decorrência deste procedimento o INSS, em carta datada de 3 de dezembro de 2004, informou à Companhia que a mesma estava excluída do PAES pelo fato de as compensações efetuadas não constarem do seu Sistema de Cobrança. Em 1 de fevereiro de 2005, em decisão sobre Ação Ordinária impetrada pela Companhia contra o INSS, foi deferido o pedido de Antecipação de Tutela para que a Companhia possa continuar adimplindo as cotas de parcelamento, obstando, assim, sua exclusão do PAES até que a legitimidade das compensações efetuadas seja confirmada ou não. Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras nenhuma decisão final sobre este assunto havia sido emitida pelas autoridades competentes. O montante dos créditos compensados de Fundo Aeroviário estão registrados na rubrica provisão para contingências.

Não obstante os valores do PAES não terem sido homologados até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo a sua aceitação pelas autoridades competentes e considerando-se o prazo de liquidação estabelecido pelos programas.

b) Parcelamento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Durante o exercício de 2004, a Companhia obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao FGTS do período de junho de 2002 a julho de 2004. O parcelamento foi efetuado em 180 prestações a partir de setembro de 2004, as quais são acrescidas taxa referencial – TR mais 0,25% ao mês.

c) Parcelamento de impostos federais e municipais

Durante o exercício de 2003, a Companhia e suas controladas obtiveram autorização para o parcelamento de suas obrigações referentes a Cofins, PIS, IRPJ, CSLL e ISS vencidas nos períodos anteriores a junho de 2002. O parcelamento foi efetuado em prestações variando de 30 a 60 meses a partir de novembro de 2003, as quais são acrescidas de juros de 1% sobre o valor do principal e atualização monetária mensal calculada com base na variação da taxa Selic.

d) Parcelamento de ICMS

Durante o exercício de 2003, com base na Lei nº 4.246 de 16 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento de seus débitos de ICMS nas Secretarias de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro e de São Paulo, vencidos entre os períodos de apuração de abril de 2001 e outubro de 2003, sendo os saldos devedores, quando aplicável, atualizados pela UFIR-RJ ou UFESP mais taxa Selic, acrescidos de multa. O saldo devedor do parcelamento do ICMS do Rio de Janeiro será pago em 60 prestações mensais a partir de 31 de janeiro de 2004. A Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro deferiu o pedido de parcelamento em 22 de dezembro de 2003 e o pedido à Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo deferiu o pedido em 14 de junho de 2004.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

Os saldos de financiamentos de obrigações fiscais exigíveis a longo prazo, em 31 de dezembro de 2004, têm seus vencimentos como segue:

	Controladora
2006	228.386
2007	241.824
2008	243.800
2009 em diante	2.339.371
	3.053.381

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2004, foi provisionado o montante de R\$1.013.623 (R\$632.348 em 2003), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Tributos não recolhidos por força de ações em andamento	887.905	531.687	887.905	531.687
Trabalhistas	109.200	100.661	114.651	104.166
Cíveis	16.518	-	18.103	-
Outras tributárias	-	-	-	2.337
	1.013.623	632.348	1.020.659	638.190

Tributos não recolhidos por força de ações em andamento

A Companhia está questionando, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos, objetivando assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

As seguintes principais ações estão em andamento:

- i) O Departamento de Aviação Civil - DAC, por meio de Portaria emitida em outubro de 1999, passou a exigir o recolhimento de contribuição ao Fundo Aeroviário - FA equivalente a 1% das tarifas constantes dos bilhetes emitidos, estendendo a exigibilidade para as empresas de aviação regionais. Anteriormente, a alíquota exigida era de 3%. A Companhia está questionando judicialmente a cobrança de referida contribuição e, baseada em liminar obtida, não efetuou os recolhimentos correspondentes ao período de maio de 1999 a dezembro de 2004. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$186.382 em 31 de dezembro de 2004 (R\$145.525 em 2003) e estão provisionados.
- ii) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia ingressou em juízo objetivando uma declaração judicial da inexigibilidade da contribuição e obteve, preliminarmente, o direito de compensar os montantes pagos em períodos anteriores com contribuições sociais da mesma natureza. Em decisão proferida em 20 de março de 2003, sobre recurso extraordinário impetrado por outro contribuinte, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, confirmando acórdão do TRF da 4ª Região, julgou que é constitucional a exigibilidade do SAT, bem como sua regulamentação. Conseqüentemente, a Administração, fundamentada em opinião de seus assessores legais, decidiu provisionar as compensações acumuladas, atualizadas monetariamente, as quais totalizam R\$196.735 em 31 de dezembro de 2004 (R\$103.488 em 31 de dezembro de 2003).
- iii) Programa de Integração Social - PIS – Fundamentada em tutela cautelar liminar obtida, a Companhia compensou, entre fevereiro e junho de 2003, valores recolhidos indevidamente em períodos anteriores a título de PIS com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em 31 de dezembro de 2004, uma provisão no montante de R\$66.987 (R\$102.176 em 31 de dezembro de 2003), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.
- iv) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao SAT incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a dezembro de 2004. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$55.003 em 31 de dezembro de 2004 e estão provisionados (R\$70.310 em 31 de dezembro de 2003).
- v) Fundo Aeroviário - FA - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao Fundo Aeroviário - FA incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a dezembro de 2004. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$91.306 em 31 de dezembro de 2004 e estão provisionados (R\$73.709 em 31 de dezembro de 2003).
- vi) Programa de Integração Social - PIS - A Companhia, apoiada em tutela antecipada, por considerar inconstitucional os Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que alteraram as alíquotas e a forma de cálculo de valores do PIS recolhidos no período de outubro de 1988 a janeiro de 1992, obteve o direito de compensar os valores recolhidos com tributos da mesma natureza. Como resultado, uma provisão foi registrada, cujo montante, equivalente aos valores compensados atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2004 é de R\$98.747 (R\$ 33.078 em 31 de dezembro de 2003).
- vii) Fundo Aeroviário - FA – A Companhia obteve o direito de compensar os valores recolhidos a título de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

Fundo Aeroviário no período de novembro de 1990 a outubro de 1999 através de tutela antecipada. Em 31 de dezembro de 2004, uma provisão no montante de R\$ 180.793, correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.

Outros processos no montante de R\$11.952 referem-se principalmente a liminar sobre a retenção de 0,5% e 10% do FGTS.

Além dos assuntos discutidos, para os quais foram registradas provisões para prováveis perdas, a Companhia está movendo contra os órgãos competentes a seguinte principal ação, que, na avaliação de seus assessores legais, terá desfecho favorável e, portanto, não requerer o registro contábil de uma provisão:

- As empresas de aviação comercial estão discutindo no Supremo Tribunal Federal a forma de cobrança e a definição de alíquotas do ICMS incidente sobre transporte aéreo, a partir de 1º de janeiro de 1997. O Senado Federal fixou a alíquota de ICMS sobre transportes aéreos interestaduais em 4%, enquanto o Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio nº 120/96, estabeleceu a alíquota de 12% para o mesmo tipo de transporte. A Companhia, enquanto discute judicialmente a alíquota aplicável, está adotando a decisão promulgada pelo Senado Federal.

Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia estava exposta a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$ 233.112. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$109.200 (R\$100.661 em 2003) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia estava passível a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$103.046. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$16.518 é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos, todos decorrentes de suas operações habituais, os quais, na opinião da Administração, representam um risco baixo de materialização e não são passíveis de produzir, isoladamente ou no seu conjunto, um efeito relevante sobre a sua posição financeira ou os resultados das suas operações.

Créditos contingentes

Diferença tarifária - Fundamentada nos termos dos contratos de concessão de linhas aéreas, a Companhia está promovendo ação judicial contra a autoridade concedente, objetivando o ressarcimento de perdas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

decorrentes de insuficiência tarifária verificada no período de 1986 a 1991. A ação foi julgada favorável à Companhia em primeiras e segundas instâncias e teve seu valor fixado em cerca de R\$2,3 bilhões e R\$1,4 bilhão, respectivamente, em cada uma dessas fases do processo.

A Companhia, até o momento, não reconheceu em suas demonstrações financeiras o referido crédito.

Crédito de ICMS - Em 12 de setembro de 1996, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996. Conseqüentemente, a Companhia considerou indevidos os pagamentos do referido tributo por ela efetuado entre maio de 1989 e junho de 1994 e está promovendo ação judicial contra os Estados, objetivando o ressarcimento dos créditos que montavam a aproximadamente R\$1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2004. Esse crédito só será reconhecido nas demonstrações financeiras no momento de sua efetiva realização.

20. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2004, representado por ações sem valor nominal, está composto como segue:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Ordinárias	42.209.812	150.011
Preferenciais	27.716.721	98.503
	<u>69.926.533</u>	<u>248.514</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 150.000.000 de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e a quantidade das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação.

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie têm o direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, computados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou 6% ao ano, não cumulativos, calculados sobre o capital global da espécie e rateados entre os respectivos titulares, caso seja maior que o dividendo mínimo. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, têm prioridade no reembolso do capital e dividendos 10% maiores que os atribuídos aos detentores de ações ordinárias (artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97). De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (artigo 181, § 1º), as ações preferenciais em nenhuma hipótese adquirirão direito de voto e jamais poderão ser convertidas em ações ordinárias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia têm sido determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

i) Disponível, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

O valor contabilizado aproxima-se do valor de realização.

ii) Investimentos

Consistem principalmente em controladas e coligadas, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da Companhia. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

iii) Empréstimos e financiamentos

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, conforme descrito na nota explicativa nº 12. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, utilizando taxas de juros médias praticadas pelo mercado para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares, as quais podem não estar disponíveis para a Companhia devido à sua situação econômico-financeira. O valor estimado de mercado dos financiamentos, incluídas as parcelas de curto prazo, é o seguinte:

	Consolidado	
	2004	2003
Valor patrimonial	2.114.907	2.547.673
Valor de mercado	2.237.835	2.428.232



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

iv) Financiamentos de obrigações fiscais

As condições são similares às normas usuais para taxas de financiamento de impostos e não há diferenças materiais relacionadas com taxas de juros aplicadas a financiamentos de mesma natureza. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, utilizando taxas de mercado disponíveis para operações similares. O valor estimado de mercado é o seguinte:

	Consolidado	
	2004	2003
Valor patrimonial	3.376.790	3.248.958
Valor de mercado	2.629.645	2.572.709

b) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem contratado operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia tinha R\$5.491.697 (R\$ 5.796.631 em 2003) em empréstimos e financiamentos, cuja indexação está descrita a seguir:

	Consolidado	
	2004	2003
Em moeda estrangeira:		
Juros fixos	347.293	599.282
Juros flutuantes (i)	456.039	626.235
Em moeda nacional:		
Juros flutuantes (ii)	4.688.365	4.571.114

(i) LIBOR para dólar norte-americano.

(ii) TJLP.

c) Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A estratégia da Companhia é proteger sua exposição aos riscos decorrentes da assunção de passivos denominados em moeda estrangeira com a parte de seu faturamento também denominada em moeda forte.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2004, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

	Consolidado	
	2004	2003
Empréstimos e financiamentos:		
Real	4.688.365	4.571.114
Dólar norte-americano	<u>803.332</u>	<u>1.225.517</u>
Total (1)	5.491.697	5.796.631
Disponibilidades:		
Real	115.797	146.567
Dólar norte-americano	<u>11.333</u>	<u>13.401</u>
Total (2)	127.130	159.968
Exposição líquida (1 - 2):		
Real	4.572.568	4.424.547
Dólar norte-americano	791.999	1.212.116

d) Derivativos

São mantidas aplicações financeiras indexadas pela variação do dólar norte-americano para cobrir parcialmente os vencimentos futuros das dívidas na mesma moeda. Em 31 de dezembro de 2004, o montante das aplicações financeiras indexadas em moeda estrangeira é de R\$ 11.333. A Companhia não possuía derivativos com o propósito de especulação.

e) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos por prestação de serviços de manutenção de aeronaves, serviços de transporte de cargas e vendas de bilhetes através de agentes de viagens e/ou vendas diretas. Para reduzir esse risco, é realizada análise de crédito dos devedores.

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujos montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura desse risco.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2004, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1994	86.863	236.934	86.863	236.934
1995	40.600	153.583	40.600	153.583
1996	-	23.692	-	23.692
1998	-	216.478	-	216.478
1999	31.761	38.836	31.761	38.836
2000	223.270	210.626	223.270	210.626
2001	-	-	82.575	82.575
2002	1.091.441	1.079.247	1.174.124	1.161.960
2003	3.090.490	3.078.302	3.113.057	3.100.869
2004	72.571	66.731	77.574	71.734
	<u>4.636.996</u>	<u>5.104.429</u>	<u>4.829.824</u>	<u>5.297.287</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

O imposto de renda e a contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado
	2004	2003	2004
Impostos diferidos ativos sobre:			
Prejuízos fiscais a compensar	1.159.249	1.254.076	1.210.541
Base negativa de contribuição social	459.399	462.025	477.865
	<u>1.618.648</u>	<u>1.716.101</u>	<u>1.688.406</u>
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporais:			
Provisão para tributos amparados por liminar	117.179	345.635	119.572
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.868	49.429	73.193
Provisão para revisão e reparo de aeronaves	31.988	14.369	32.359
Provisão para o Programa Smiles	23.784	65.400	23.784
Provisão para ajuste de estoque	566	566	566
Provisão para participação nos resultados	-	5.864	-
Provisão para Contingências	371.606	-	371.606
Outras provisões temporariamente indedutíveis	-	110.735	7.159
	<u>606.991</u>	<u>591.998</u>	<u>628.239</u>
Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporais:			
Variação Cambial diferida	-	-	(1.294)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.294)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos	2.225.639	2.308.099	2.317.937
Menos- Créditos não reconhecidos	<u>(2.225.639)</u>	<u>(2.308.099)</u>	<u>(2.317.937)</u>
Impostos diferidos ativos, líquidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Créditos (débitos) no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

23. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

23.1) Provisões

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S. A., são patrocinadoras do Instituto Aerus de Seguridade Social (“Aerus”), por meio do plano de aposentadoria complementar.

Em 10 de setembro de 2002, o Aerus enviou à Secretaria de Previdência Complementar pedido de alterações nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados e patrocinados pela Companhia. As alterações, que foram aprovadas em 5 de setembro de 2002 pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva do Aerus, têm como objetivos principais o equacionamento do déficit técnico e a adequação das contribuições das patrocinadoras às suas situações econômico-financeiras.

As principais alterações nos regulamentos que foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2003 referem-se a redução das contribuições das patrocinadoras, isenção de suas responsabilidades para a cobertura de eventuais déficits futuros e uniformização dos Planos I e II, que passam a ser na modalidade de contribuição definida. A cobertura da Provisão Matemática a Constituir das patrocinadoras que tiveram as alterações regulamentares aprovadas através dos Ofícios SPC/CGAJ nº 2.035 e nº 2.083, de 3 de dezembro de 2002 e 12 de dezembro de 2002, respectivamente, está garantida por meio de contrato de dívida firmado entre as patrocinadoras e o Aerus. As alterações nos planos foram elaboradas de acordo com o artigo 17 da Lei Complementar nº 109, que estabelece que “as alterações processadas nos regulamentos dos planos aplicam-se a todos os participantes das entidades fechadas, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, observando o direito acumulado de cada participante”.

O plano patrocinado pela Companhia a seus funcionários é o Plano II - Contribuição Definida, como segue:

a) Plano II - Contribuição Definida

O plano de benefício atende 9.602 participantes ativos (consolidado – 15.134), 5.345 aposentados (consolidado – 5.456) e 1.103 pensionistas (consolidado – 1.107) da Companhia. Esse plano é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes.

As contribuições dos participantes são como segue:

- Contribuição básica - corresponde a um percentual escolhido pelo participante, aplicado sobre o salário de participação.
- Contribuição adicional - o participante pode efetuar contribuições esporádicas, para o fundo do plano, em seu próprio nome.

Adicionalmente, os benefícios do plano serão custeados por meio de receitas de aplicações do patrimônio, dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

As contribuições da patrocinadora são como segue:

- Contribuição básica - contribuição opcional, através de um percentual definido pela patrocinadora, podendo ser zero, que incidirá sobre a contribuição básica do participante.
- Contribuição adicional - a patrocinadora poderá efetuar contribuições adicionais em nome dos participantes.

Em adição às contribuições mencionadas, a patrocinadora efetuará contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco alocadas em conta coletiva. A patrocinadora também assumirá o custeio relativo à cobertura do Compromisso Especial, ou seja, o direito acumulado dos participantes calculado através da reserva matemática ou do montante atualizado das contribuições dos participantes necessário para cobrir os custos de aposentadoria, dos dois o mais favorável a estes.

As despesas administrativas do plano serão de responsabilidade da patrocinadora, não podendo ultrapassar o produto de 15% das contribuições mensais dos participantes e da própria patrocinadora.

Os benefícios previstos no novo regulamento serão ajustados com base no INPC-IBGE.

Para cada participante são mantidas três contas individuais da seguinte forma:

- Conta de participante - formada pelas contribuições básicas e adicionais efetuadas pelos participantes.
- Conta de patrocinadora 1 - formada pelo aporte do valor relativo ao Direito Acumulado (direito dos participantes inscritos no Aerus com data anterior à aprovação do novo regulamento), calculado atuarialmente com base nos dados dos participantes na data de entrada em vigor do novo regulamento, segundo as regras vigentes até o dia imediatamente anterior. Nos casos em que ocorrer transferência do participante para outro plano de benefícios administrado pelo Aerus, o saldo da conta de patrocinadora 1 será deduzido da parcela ainda não integralizada do Direito Acumulado.
- Conta de patrocinadora 2 - formada pelas contribuições básica e adicional da patrocinadora.

Durante o exercício de 2004, a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições ao plano no montante de R\$86.673 (R\$9.670 em 2003).

Em adição aos benefícios dos planos descritos, a Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados, ativos e aposentados, a utilização não onerosa para os participantes dos serviços dos seus centros de assistência médica. Os custos de manutenção desses benefícios, que são reconhecidos no resultado quando incorridos, montaram a R\$2.938 em 2004 (R\$13.085 em 2003).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

b) Contabilização de planos de pensão

A Companhia e suas controladas optaram por registrar os passivos atuariais referentes ao plano que patrocinam a partir de 1º de janeiro de 2002 em cinco anos, conforme facultado pelo artigo 84 da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. Na avaliação atuarial do plano foi adotado o método do crédito unitário projetado, utilizando para elaboração da avaliação atuarial dos benefícios oferecidos os dados dos participantes posicionados em 30 de junho de 2004 e dos ativos do plano posicionados em 31 de dezembro de 2004. O rateio dos ativos do plano foi feito com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Na determinação do valor justo dos ativos foram excluídos os valores que representam direitos contra a patrocinadora relativos a contribuições não pagas e empréstimos no montante de R\$1.042.935 (R\$936.695 em 2003) devido tratar-se de instrumento financeiro não transferível emitido pela patrocinadora.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para o plano de aposentadoria em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, bem como informações adicionais:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

i) Conciliação dos ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Total do passivo atuarial	(2.577.286)	(2.358.989)	(2.604.827)	(2.378.723)
Valor justo dos ativos	382.741	421.077	391.881	426.805
Valor presente das obrigações atuariais descobertas	(2.194.545)	(1.937.912)	(2.212.946)	(1.951.918)
Valor líquido das perdas não reconhecidas	472.629	406.651	483.156	409.594
Valor do custo do serviço passado apurado na transição do plano	216.441	324.661	219.367	332.153
Valor do custo do serviço passado apurado na alteração do plano	55.447	59.086	56.169	59.858
	<u>(1.450.028)</u>	<u>(1.147.514)</u>	<u>(1.454.254)</u>	<u>(1.150.313)</u>
(-) Direitos contra patrocinadora *	<u>1.042.935</u>	<u>936.695</u>	<u>1.042.935</u>	<u>936.695</u>
Passivo Atuarial	<u>(407.093)</u>	<u>(210.819)</u>	<u>(411.319)</u>	<u>(213.618)</u>

(*) A obrigação da patrocinadora está registrada na rubrica Empréstimos, Financiamentos e Debêntures evidenciado na nota explicativa 12.b



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

ii) Despesa prevista para 2005 e real para 2004

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Custo do serviço corrente	2.782	3.856	3.723	4.630
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	322.600	301.750	326.152	304.363
Rendimento esperado dos ativos	(42.775)	(42.583)	(44.198)	(43.415)
Amortização da perda	13.406	(11.202)	13.879	(11.047)
Amortização do custo do serviço passado na transição do plano	108.220	108.220	109.989	109.989
Amortização do custo do serviço passado na alteração do plano	3.639	3.639	3.689	3.689
	<u>407.872</u>	<u>363.680</u>	<u>413.234</u>	<u>368.209</u>

iii) Premissas atuariais

	2004		2003	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	7,75%	13,14%	8,00%	13,40%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	8,25%	13,66%	8,00%	13,40%
Taxa de crescimento salarial estimado	2,00%	7,10%	2,00%	7,10%
Taxa de reajuste de benefícios		5,00%		5,00%
Taxa de inflação esperada		5,00%		5,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	GAM 1971 modificada	GAM 1971 modificada	GAM 1971 modificada	GAM 1971 modificada

A Companhia é parte, em conjunto com outras Empresas do Grupo, de um contrato de responsabilidade solidária pela recompra de 12.384.150 cotas da Amadeus Brasil Ltda., avaliadas em R\$12.937, oferecidas como garantia pelo atraso no pagamento das contribuições de patrocinadoras não relacionadas ao Grupo FRB-Par.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

23.2) Contrato de cobertura da reserva atuarial sobre benefícios concedidos

Nos termos da legislação aplicável, a Secretaria da Previdência Complementar – SPC determina que sejam firmados contratos entre as patrocinadoras e as entidades de Previdência Complementar, visando à cobertura da reserva atuarial dos benefícios concedidos.

Em 01 de julho de 2004 a Companhia como patrocinadora do AERUS assinou Instrumento Particular de Reconhecimento de Responsabilidade e outros pactos no qual assume a responsabilidade pelo déficit técnico correspondente aos benefícios concedidos no montante de R\$ 673.282 (Planos de Benefícios I - R\$ 511.898 e Plano de Benefícios II - R\$161.384). Os compromissos atuariais foram tomados como referência inicial, apurado através do Demonstrativo dos Resultados das Avaliações Atuarial – DRAA, com data base em 30 de junho de 2003, posicionado em 31 de dezembro de 2003. Os valores de referência serão revistos anualmente conforme legislação aplicável, e em 31 de dezembro de 2004 este déficit corresponde a R\$ 713.168 (Plano de Benefícios I – R\$ 526.922 e Plano de Benefícios II – R\$ 186.246).

Apesar do valor do contrato para cobertura atuarial celebrado com AERUS superar em R\$ 306.074 o valor do passivo atuarial total registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2004, a Companhia continuará adotando o procedimento de calcular e reconhecer o passivo atuarial em cinco anos, conforme as disposições da Deliberação CVM nº 371/2002.

Como consequência das disposições da Deliberação CVM 371/2002, principalmente no que se refere aos procedimentos para o reconhecimento contábil dos ganhos ou perdas atuariais e dos serviços passados, os registros contábeis não contemplam a totalidade dos valores correspondentes às obrigações relacionadas ao contrato celebrado com a AERUS, dado que as normas da Secretaria da Previdência Complementar – SPC, estabelecem como premissa a contratação da totalidade dos compromissos atuariais assumidos pela patrocinadora relacionados aos benefícios concedidos.

Dessa forma, visando adequar seus registros contábeis ao passivo atuarial líquido total registrado em 31 de dezembro de 2004, no valor de R\$407.093, a Companhia registrou no exigível a longo prazo o valor total do contrato celebrado com o AERUS, no montante de R\$ 713.168, sendo a parcela excedente, no valor de R\$ 306.074, tratada como redutor do passivo atuarial, a título de diferimento, ficando este valor sujeito a revisões anuais.

Os pagamentos para cobertura atuarial somente serão realizados a partir de 1º de janeiro de 2008 e na eventualidade do Instituto AERUS de Seguridade Social não ter o êxito na ação judicial movida contra a União Federal na qual pleiteia indenização pelos danos, decorrentes da supressão da “terceira fonte” e o restabelecimento da referida receita. Caso o pleito não esteja definido até 1º de janeiro de 2008 será elaborado instrumento específico que disporá sobre a realização de pagamentos destinados a cobrir o déficit técnico atualizado e condições que devem estabelecer a periodicidade de pagamentos da seguinte forma:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

a) Plano de Benefícios I – será reavaliado e o total será pago em 91 parcelas, iguais, mensais e sucessivas reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.

b) Plano de Benefícios II – será reavaliado e o total será pago em 145 parcelas, iguais, mensais e sucessivas reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.

A Companhia ofereceu como garantia caução de parte do seu crédito contra a União Federal reconhecido nos autos da Ação Ordinária nº 93.00.02252-0, em curso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até o valor pactuado no presente instrumento.

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras despesas operacionais, líquidas são:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Atualização de valores de tributos não recolhidos anteriormente por força de ações em andamento				
Para sua inclusão no PAES	-	(1.036.676)	-	(1.036.676)
Provisão para contingências	(66.387)	(452.165)	(67.004)	(452.165)
Passivo atuarial – AERUS	(196.274)	(168.044)	(199.285)	(172.015)
Recuperação ICMS – Rio de Janeiro (a)	76.715	-	76.715	-
Gastos com reestruturação de frota	-	(19.138)	-	(19.138)
Reorganização de empresas relacionadas	-	(67.902)	-	(67.902)
Receita pela expiração de bilhetes emitidos (b)	139.893	-	139.893	-
Programa de milhagem - Smiles (c)	83.622	-	83.622	-
Provisão para perdas	(12.025)	-	(26.765)	-
Finsocial (d)	119.074	-	119.074	-
Outras despesas	(84.132)	(246.916)	(91.855)	(248.787)
	<u>60.486</u>	<u>(1.990.841)</u>	<u>34.395</u>	<u>(1.996.683)</u>

a) Em 03 de setembro de 2004, considerando principalmente que o Supremo Tribunal Federal já havia julgado inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo de passageiros prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996, o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizou a Companhia a transferir e utilizar os créditos de ICMS recolhidos indevidamente no período compreendido entre maio de 1989 e junho de 1994.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

b) Refere-se a baixa de bilhetes de passagem aérea registrados no balanço patrimonial na rubrica transporte a executar, emitidos e não voados dentro da validade legal da passagem aérea.

c) A Companhia, com base em avaliação técnica atuarial realizada por especialista independente, finalizou o processo de reavaliação da utilização das milhas acumuladas no programa de milhagem – Smiles, conquistados por seus clientes e não resgatadas, assim como dos custos adicionais por passageiro transportado, denominado “custo incremental”, para valorização das milhas acumuladas e não resgatadas. Em 31 de dezembro de 2004 a Companhia finalizou a reavaliação do custo incremental, atualmente representados por custos de seguro, “catering” e conforto, para a valorização das milhas acumuladas e não resgatadas; como consequência a Companhia registrou uma reversão da provisão para o programa de Milhagens - Smiles no montante de R\$83.622 mil.

d) Vide nota explicativa N 27.2)

25. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Despesas de responsabilidade civil perante terceiros, limitadas ao equivalente em Reais a um bilhão de dólares estadunidenses, provocadas por atentados terroristas ou atos de guerra que a Companhia possa vir a ser exigida serão de responsabilidade do Governo Brasileiro conforme prevê a Lei N 10.744, de 09 de outubro de 2003 e Decreto N 5.035 de 05 de abril de 2004.

Esta Lei é decorrência dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 pois as seguradoras limitaram as coberturas de cascos de aeronaves e responsabilidade civil após este evento em torno de 150 milhões de dólares estadunidenses por sinistro e para coberturas maiores seria necessário o pagamento à vista o que inviabilizou as contratações.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

26. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Em 7 de dezembro de 2001, a Companhia e a The Boeing Company - TBC assinaram um Memorando de Entendimentos com o objetivo de reestruturar certos contratos de arrendamento de aeronaves.

As principais condições ratificadas pelo Acordo são:

- Compra pela TBC de certas aeronaves.
- Assunção pela TBC de direitos e obrigações da Companhia, estabelecidos em certos contratos de arrendamento de aeronaves.
- Arrendamento pela TBC à Companhia de certas aeronaves que foram objeto de venda nessa negociação.
- Modificação das condições financeiras de contratos de arrendamento para refletir as atuais condições de mercado.

A Companhia também concordou em adquirir ou arrendar um certo número de aeronaves Boeing durante um determinado período de tempo. Conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos, como garantia das operações efetuadas a Companhia emitiu uma nota promissória em favor da TBC no valor de US\$119 milhões, com juros trimestrais baseados na taxa interbancária de Londres - LIBOR acrescidos de 4% ao ano sobre o principal, a qual somente se tornará exigível caso a aquisição ou o arrendamento de aeronaves não se concretizem.

O Acordo inclui certas cláusulas restritivas, principalmente com relação à aquisição de aeronaves, inadimplência nos pagamentos de obrigações, pedido de concordata, paralisação das operações regulares de transporte aéreo, venda de bens do ativo e mudanças significativas no controle acionário da Companhia.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

27.1) Compartilhamento de Vôos

Em 6 de fevereiro de 2003, a FRB-Par Investimentos S. A., controladora da VARIG S. A. (Viação Aérea Riograndense), da Varig Participação em Transportes Aéreos S. A. e da Varig Participações em Serviços Complementares S. A. e a TAM S. A., controladora da TAM Linhas Aéreas S. A., assinaram um Protocolo de Entendimentos objetivando uma solução conjunta para as dificuldades enfrentadas pelas empresas, em virtude da grave crise que afeta a indústria de aviação comercial regular. Como decorrência do Protocolo, as empresas de aviação controladas pelas signatárias do Protocolo passaram a operar, a partir de 10 de março de 2003, um sistema de compartilhamento de vôos, conhecido também como *code share*.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais exceto quando de outra forma indicada)

Em 17 de setembro de 2003, a FRB-Par e a TAM S. A. assinaram um Contrato de Associação o qual definiu os termos e condições de uma eventual associação entre as suas empresas controladas. Em 10 de fevereiro de 2004, foi apresentado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE uma proposta de ações que permitiriam a associação contemplada.

Em 22 de fevereiro de 2005, as partes assinaram um Termo de Rescisão ao Contrato de Associação, rescindindo de forma automática e definitiva, a partir daquela data, o Contrato de Associação. Em decorrência desta rescisão contratual, o compartilhamento de vôos deixará de ser operado a partir de 15 de maio de 2005.

27.2) Finsocial

Fundamentada em tutela cautelar obtida, a Companhia compensou, em 2003, valores recolhidos a mais a título de Finsocial com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em virtude da Fazenda Nacional ter ingressado com Ação Rescisória contra decisão favorável à Companhia proferida pelo Supremo Tribunal Federal e não obstante o Tribunal Regional Federal - TRF haver emitido Certidão de Julgamento declarando a improcedência da Ação Rescisória, até 31 de dezembro de 2004, uma provisão correspondente às compensações efetuadas era constituída pela Companhia pelo fato de o TRF não haver emitido o despacho confirmando o trânsito em julgado da ação. Em 11 de fevereiro de 2005, o TRF emitiu o despacho correspondente e, conseqüentemente, a Companhia estornou a provisão anteriormente constituída, no montante de R\$119.074 e constituiu o crédito não compensado.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Fernandes dos Santos – Presidente
Jorge Luiz Gouvêa - Vice-Presidente
Eduardo Nascimento Araújo
Gesner José de Oliveira
Harro Fouquet
Reynaldo Vilardo Aloy
Waldir Luiz Correa (até 7 de dezembro de 2004)

COMITÊ EXECUTIVO

Carlos Luiz Martins Pereira e Souza – Diretor Presidente
Alberto Fajerman – Vice-Presidente Executivo Comercial e Planejamento
Miguel Dau – Vice-Presidente Operacional e Técnico e Diretor de Operações de Voo
Luiz Fernando Gusmão Wellisch – Vice-Presidente de Administração e Financeiro

DIRETORIA

Ricardo José Bullara - Diretor de Controladoria e Relação com Investidores
Faustino Albano Pereira Junior – Diretor de Marketing
José Dolabela Portela – Diretor de Atendimento ao Cliente
Marcelo Willian Bottini – Diretor de Vendas

Agostinho A. P. Leite Neto

Contador

CRC-SP –159.319-S/RS

CPF 047.866.998-45



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores da
“VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense)
Porto Alegre – RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e controladas em 31 de dezembro de 2004, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. A Companhia vem apresentando expressivos prejuízos líquidos, e em 31 de dezembro de 2004 o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$1.460.994 mil e o passivo a descoberto era de R\$6.444.092 mil. Adicionalmente, as projeções do fluxo de caixa da Companhia indicam a necessidade de captação de relevantes recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na nota explicativa nº 1. Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia possuía saldo líquido a receber, de R\$278.242 mil, de empresas relacionadas que também apresentam dificuldades operacionais e, conseqüentemente, a realização desse ativo é incerta. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 18 a manutenção da Companhia no programa de parcelamento especial, no que se refere às contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social depende de ações em andamento, cujo desfecho não é possível prever. A continuidade dos negócios da Companhia dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

5. As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes cujo parecer, datado de 22 de março de 2004, continha parágrafo de ênfase quanto ao assunto mencionado no parágrafo 4 acima.

São Paulo, 15 de março de 2005.

Orlando Octavio de Freitas Jr.
Sócio-contador
CRC nº 1 SP 178871/O-4 S/RS

TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES
CRC nº 2 SP 013439/O-5